



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 050

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE MAIO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Professor Luizão
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Pércles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 050

45ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Indicações 03

Memorandos 04

Requerimentos 04

Projetos de Lei 06

Pequeno Expediente:

Dep. Dr. Batista..... 09

Dep. Tadeu Veneri..... 10

Dep. Elio Rusch 11

Grande Expediente:

Dep. Ney Leprevost 13

Dep. Jocelito Canto..... 15

Horário das Lideranças:

Liderança do Partido Democratas

Dep. Elio Rusch..... 12

Liderança do Bloco PR/PTB

Dep. Jocelito Canto..... 17

Liderança do PT

Dep. Pedro Ivo 18

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins 20

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 21

Liderança da PP

Dep. Antonio Belinati..... 22

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 23

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em)..... 25

Redação Final 34

3ª Discussão 34

2ª Discussão 34

1ª Discussão 35

Requerimentos 37

Encerramento da Sessão 37

DIÁRIO Nº 050

45ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 45ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2008

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jocelito Canto e Elton Welter.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli e Miltinho Pupio (02).

Ausentes com justificativa a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e o Sr. Deputado Osmar Bertoldi (02).

Em licença médica o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO Nº 112/08

SÚMULA:

Sugere que as Delegacias permaneçam abertas nos finais de semana e feriados.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Mauro Moraes dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Sugere que as Delegacias permaneçam abertas nos finais de semana e feriados.

II - Estamos apresentando a presente indicação, procurando atender anseios da população, objetivando melhorar o atendimento e a segurança da população paranaense.

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(a) MAURO MORAES

INDICAÇÃO Nº 113/08

SÚMULA:

Sugere a reativação e implantação dos Módulos Policiais nos 75 bairros de Curitiba.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Mauro Moraes dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Sugere a reativação e implantação dos Módulos Policiais nos 75 bairros de Curitiba.

II - Estamos apresentando a presente indicação, procurando atender anseios da população, objetivando melhorar o atendimento e a segurança da população paranaense.

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(a) MAURO MORAES

INDICAÇÃO Nº 114/08

SÚMULA:

Sugere ao Governador do estado a doação de terreno para regularização e pavimentação de rua de acesso a creche no município de Maringá.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando do mesmo o envio de projeto de lei à Assembléia Legislativa doando imóvel ao município de Maringá, para regularização e pavimentação de via pública de acesso à creche municipal Cecily Barros.

Considerando a manutenção do Veto nº 098/07, aposto ao Projeto de Lei nº 401/07 - autorizando a doação de imóvel ao município de Maringá, o referido município não pode pavimentar a via pública aberta e ensaiada, haja vista o terreno ser de propriedade do estado do Paraná.

É fundamental, para a comunidade maringaense, a pavimentação asfáltica do acesso à creche municipal Cecily Barros.

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(a) CIDA BORGHETTI

INDICAÇÃO Nº 115/08

SÚMULA:

Propõe ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Gilberto Martin, e à Exma. Sra. Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Lygia Lumina Pupatto, para que equiparem a remuneração dos Diretores dos Hospitais Universitários aos demais diretores de unidades hospitalares de porte I conforme recente proposta deste Governo.

Art. 1º Propõe que o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde e da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior que procedam a equiparação dos salários dos Diretores dos Hospitais Universitários da rede de ensino superior público do Paraná com os Diretores dos hospitais públicos de porte I. Recentemente o Exmo. Governador apresentou Projeto de Lei de nº 097/08, que dispõe sobre a criação, extinção e transformação de cargos de provimento em comissão, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, conforme especifica (atender as novas instalações em 2008). É com base neste projeto que indica-se ao Poder Executivo a equiparação mencionada.

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

O Exmo. Governador enviou uma mensagem a este Poder readequando os cargos e salários dos Diretores dos hospitais públicos do estado. Com esta proposta a uma elevação dos salários dos Diretores de hospitais. O projeto ainda prevê que a remuneração será tanto maior quanto maior for o hospital. Desta forma foram divididos os hospitais em porte I, II e III.

Entretanto o projeto não prevê uma elevação dos salários dos Diretores dos hospitais universitários. Assim, a presente indicação vem apresentar esta proposta ao Exmo. Governador que faça a equiparação dessas remunerações. Atualmente são apenas três unidades, ou seja a equiparação não apresentará um impacto financeiro insuportável.

Memorando**MEMORANDO**

A Assembléia Legislativa do Paraná está inaugurando, no dia de hoje, o Sistema de Pesquisa Legislativa, em sua página da internet.

A partir de agora, em qualquer parte do mundo, será possível consultar a tramitação das proposições apresentadas na 16ª Legislatura e legislação estadual.

Esse sistema de pesquisa abrangerá, futuramente todas as Legislaturas, a partir de 1947.

O sistema de Pesquisa Legislativa poderá ser acessando no link “Atividades Parlamentares - Pesquisa Legislativa”, no site da Assembléia Legislativa www.alep.pr.gov.br.

Foi um trabalho maravilhoso realizado por servidores da Assembléia, concretizando um antigo sonho do nosso Poder Legislativo.

**SISTEMA DE PESQUISA LEGISLATIVA
NA INTERNET****Equipe de Trabalho**

Abib Miguel - Diretor Geral; Severo Olímpio Sotto Maior - Diretor Legislativo; Maria Henrique da Silva de Paula - Coord. Comissões; Marcos Luís Silveira - CPD; Cristian Ferraz Fernandes; Giancarlo Ricetto Cleto; Cleuza Helena Ferreira Muller; Valdete Ribeiro Mendes; Silsso Corso; André Gustavo Tavares Kutianski.

Sala das Sessões, em 13/05/05.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Requerimentos**REQUERIMENTO Nº 1165**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1162

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia e o arquivamento do Projeto de Lei nº 043/08, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Formulamos o presente tendo vista que o objeto de que trata o Projeto de Lei nº 043/08, já está sendo atendido pelo Projeto de Lei nº 096/08, oriundo da Mensagem Governamental nº 007/08, a pedido deste Deputado.

REQUERIMENTO Nº 1178

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja retirada, por 10 (dez) Sessões, o Projeto de Lei nº 816/07, de sua autoria, da Ordem do Dia de 13/05/08.

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 1161

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 096/08, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso de imóvel em favor da APAE de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1168

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Celso Vieira da Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1169

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Lenira Maria Levandoski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1170

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Roberto Xavier, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1171

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Lidia dos Santos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1172

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arnon Amauri de Quadros, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1160

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Corumbataí do Sul pelo transcurso de seus 21 anos e emancipação política, no próximo dia 27/05/08.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Osney Picanço, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Edson Paulo, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Corumbataí do Sul.

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Este Parlamentar sempre presente aos acontecimentos que marcam a vida da população de Corumbataí do Sul, manifesta a sua satisfação por estar participando do progresso dessa cidade que jubilosamente estará comemorando o seu 21º aniversário de emancipação política, no próximo dia 27/05/08.

O Sr. Prefeito e sua valorosa equipe de trabalho sempre preocupados e compromissados em fazer uma administração voltada para o bem-estar e qualidade de vida, continuam lutando por melhores condições e programas que beneficiem toda a população corumbataiense.

O legítimo exercício das funções legislativas e executivas repousa justamente no consentimento popular.

Ao serem eleitos, tanto Prefeito como Vereador, recebem uma delegação para agirem em nome dos interesses do povo, e, cabe a sociedade fiscalizar suas atuações.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, sente-se honrado em parabenizar e associar-se às manifestações de júbilo das autoridades e do povo em geral, no transcurso de mais um aniversário da emancipação política de Corumbataí do Sul.

REQUERIMENTO Nº 1177

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de congratulação e louvor ao Sr. Célio Rodrigues, campeão mundial de Muay Thai.

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que Célio Rodrigues, de Guarapuava, Campeão Mundial de Muay Thai, venceu no último dia 10/05/08 o Campeonato Mundial de Muay Thai na Croácia.

Além de Campeão Mundial de Muay Thai é tri Campeão Mundial de Kickboxing, até 60 kg. Atual Campeão Brasileiro e Sulamericano de Kickboxing. Para chegar a este título, competiu na França, Portugal, Sérvia Montenegro, Argentina, Tailândia e por último na Croácia, onde teve este grande triunfo. Orgulhando, desta forma, Guarapuava, o Paraná e o Brasil pela conquista mundial. Esta Assembléia Legislativa através deste voto de congratulações vem fazer justiça ao grande campeão, que de forma brilhante, enalteceu e engrandeceu nossa terra e os desportistas guarapuavanos, paranaenses e brasileiros.

REQUERIMENTO Nº 1163

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de congratulações, ao centenário da Presença dos Padres da Congregação da Missão - Padres Vicentinos, na Paróquia Santo Antonio de Orleans.

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem por ocasião da comemoração dos 100 anos da presença dos Padres da Congregação da Missão - Padres Vicentinos (1908 - 2008), na comunidade Paroquial Santo Antonio de Orleans.

Destacamos também o trabalho dos administradores paroquiais, na condução pastoral da comunidade.

As festividades deste centenário são um marco para a comunidade deste tradicional bairro de Curitiba.

Deixamos registrados nossos cumprimentos para o Padre Gilson Cezar de Camargo, Pároco da Paróquia Santo Antonio, bem como a Comissão Organizadora deste grandiosos evento, através do Sr. Ademir José Boli.

REQUERIMENTO Nº 1180

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, que seja encaminhada ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça, Dr. Tarso Genro, moção de apoio à indicação do Desembargador Marcus Vinícius de Lacerda Costa, para o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(aa) NEY LEPREVOST

ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Tal moção se deve ao fato da inclusão em lista a ser encaminhada para a decisão do Exmo. Sr. Presidente da República, do nome do competentíssimo Desembargador Marcus Vinicius de Lacerda Costa, ilustre Jurista de nosso estado, que certamente abrilhantará os quadros do Superior Tribunal de Justiça com sua competência e senso de justiça.

REQUERIMENTO Nº 1159

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado dos Transportes Rogério Wallbach Tizzot, no sentido de viabilizar recursos financeiros para a construção de um viaduto no trevo da Avenida Maranhão, Rodovia PR-323, no município de Cianorte.

Requer, outrossim, que seja dada ciência aos Srs. Vereadores: Valdomiro Gonçalves Pereira, Claudemir Romero Bongiorno, Beto Guimarães e Santina Buzo, da Câmara Municipal de Cianorte, estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Considerando que no referido trevo estão em andamento obras de melhorias devido aos desmoronamentos que ali ocorriam frequentemente, ideal seria aproveitar a oportunidade e remodelar aquele local conhecido, em passado recente, como trevo da morte, com a construção de um viaduto para proporcionar maior segurança a todos que por ali trafegam.

REQUERIMENTO Nº 1164

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido da Sra. Célia Lúcia Liuck Gonçalves, que pede uma solução para a existência de um buraco na saída da garagem do prédio onde reside. A Sra. Célia fez tal pedido à Prefeitura Municipal de Curitiba sob Protocolo nº 2364007 (água pluvial), funcionários foram até o local e afirmaram ser um problema pertinente a essa Sanepar. O buraco é enorme e vem

causando uma série de transtornos aos moradores, motivo pelo qual solicitamos urgência no atendimento do presente. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente.

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 198/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no município de Marialva.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marialva/PR, APAE entidade sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Marialva, tem por finalidade promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente mental, em seus ciclos de vida, crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 199/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beltronense da Rocha - ABELBO, com sede e foro no município de Francisco Beltrão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beltronense da Rocha - ABELBO, entidade sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Francisco Beltrão, tem por finalidade promover e incentivar as atividades relacionadas ao desporto da bocha em geral, incrementando o desenvolvimento dos atletas a ela filiados, congregando os respectivos familiares.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 200/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Denomina rodovia José Carlos de Carli, o trecho da estrada estadual PR-454, que liga Astorga à Jaguapitã, numa extensão de 21 quilômetros.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(aa) LUIZ NISHIMORI
CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. José Carlos de Carli foi Vereador no município de Astorga nas seguintes gestões: 1983 a 1988, 1989 a 1992, 1993 a 1996. Exerceu o cargo de Presidente na Câmara de Astorga por duas vezes, no biênio 1987/1988 e 1989/1990.

Ocupou o cargo de Vice-Prefeito na gestão de 1997/2000.

Era formado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração e Ciências Econômicas de Apucarana - FECEA.

Especializou-se em Gestão e Tecnologia Industrial no Setor Sucroalcooleiro da Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo - USP em 2005.

Foi Diretor-Técnico Comercial da COCAFÉ - Cooperativa Agrícola de Astorga Ltda., no período de março de 1997 a julho de 1999, exercendo também o cargo de Diretor Agrícola.

Foi fundador da Cooperativa Agroindustrial Nova Produtiva, foi eleito o primeiro Presidente dessa Cooperativa, na gestão de 1999/2003, tendo sido reeleito em Assembléia Geral de 21/02/03, para um mandato de 4 anos.

Faleceu no dia 07/07/05. Por tudo que representou para nossa política, agricultura e sociedade é que propomos essa denominação, pedindo aos nobres Pares desta Casa sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 201/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Dispõe sobre a recuperação e o manejo sustentável das áreas de reserva legal no estado do Paraná, instituindo a Reserva Legal Sustentável - RLS.

§ 1º O presente dispositivo legal visa estabelecer as diretrizes para o pleno cumprimento da Lei Federal nº 4771, de 15/09/65, com redação dada pela Medida Provisória nº 2166 de 24/08/01, em seu artigo 16, parágrafos 2º e 3º, que institui o manejo sustentável das áreas de reserva legal no território do estado do Paraná.

§ 2º As regras previstas na presente lei pretendem garantir aos proprietários e aos possuidores rurais o manejo sustentável das áreas de reserva legal, em regime de condomínio ou não, as quais deverão obrigatoriamente estar averbadas conforme normas do SISLEG - Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente.

§ 3º Quando comprovado ganho ambiental a localização da reserva legal já averbada, poderá sofrer alterações. As alterações propostas deverão ser apresentadas em projeto técnico junto ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, que emitirá autorização para as alterações.

Art. 2º O manejo sustentável deve permitir o uso da propriedade em consonância com os princípios de sustentabilidade, os quais permitem sua utilização econômica sem, no entanto, deixar de respeitar os parâmetros técnicos e científicos capazes de preservar e de conservar o meio ambiente, permitindo a manutenção e a reabilitação de processos ecológicos.

Art. 3º É vedado o corte raso nas áreas de reserva legal bem como a utilização de espécies exóticas invasoras (estabelecidas pela lista oficial do estado do Paraná) nestas áreas.

§ 1º Devem ser respeitadas todas as demais restrições previstas na Lei Federal nº 11428, de 22/12/06, notadamente no que tange à vedação da utilização de remanescentes florestais da Mata Atlântica.

§ 2º Entende-se por remanescentes florestais da mata atlântica as áreas em estágio médio e avançada de recuperação antes da promulgação da Lei Federal nº 11428, de 22/12/06.

§ 3º Nas propriedades rurais em que as áreas de reserva legal estejam cobertas com florestas nativas, em estágio avançado de preservação, resta proibido o consórcio com espécies vegetais exóticas, ficando permitidas apenas as atividades previstas no parágrafo 1º do artigo 4º da presente lei.

Art. 4º O estado do Paraná deverá estabelecer políticas para a compensação e a criação de condomínios para a constituição da reserva legal levando-se em consideração os seguintes critérios:

I - estabelecer os critérios técnicos para a compensação em áreas fora da mesma microbacia hidrográfica, conforme disposto no artigo 44, inciso III, parágrafos 4º e 5º do Código Florestal;

II - considerar a criação e a recuperação dos corredores de biodiversidade;

III - que as áreas a compensar e as para constituição de condomínios de reserva legal estejam contíguas a outras áreas de APP, parques ecológicos ou reservas florestais;

IV - permitir a compensação da reserva legal, pelos pequenos proprietários rurais, assim compreendidos de acordo com o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em áreas na mesma bacia hidrográfica;

V - A compensação da reserva legal poderá ser efetuada em áreas degradadas, a recuperar, mediante projeto técnico aprovado pelo IAP.

Art. 5º A regulamentação por parte do IAP deverá abranger a utilização de espécies nativas e exóticas, desde que não invasoras e, no mínimo, as seguintes atividades de manejo sustentável:

§ 1º Em áreas de reserva legal já devidamente preservadas:

I - Plantas medicinais com propriedades terapêuticas comprovadas;

II - Alimentos vegetais silvestres mais explorados no Paraná, como o pinhão;

III - Materiais silvestres mais utilizados em artesanatos;

IV - Espécies produtoras de óleos, resinas e gomas;

V - Coletas de sementes nativas;

VI - Apicultura;

VII - Sistemas agroflorestais, como a erva-mate;

VIII - Turismo rural ou ecoturismo;

IX - Utilização de material lenhoso de árvores mortas unicamente para fins artesanais - observando-se as autorizações específicas dos órgãos ambientais;

X - Corte seletivo de árvores, mediante projeto técnico aprovado no IAP.

§ 2º Em propriedades que não possuem áreas preservadas para fins de reserva legal, os proprietários ou os possuidores poderão constitui-las com espécies pioneiras com potencial calorífico, como a bracatinga; com a utilização de espécies exóticas, desde que não invasoras, consorciadas ou intercaladas com espécies nativas, por até um ciclo econômico, além das formas previstas nos incisos do parágrafo anterior. A forma como o cultivo intercalar ou consorciado será efetivado deverá ser regulamentado pelo Poder Executivo.

Art. 6º No intuito de subsidiar futuras ações de manejo sustentável nas áreas de reserva legal, os proprietários e possuidores rurais deverão ser estimulados a conhecer os recursos florestais existentes em sua fitorregião florestal, por intermédio de inventário da comunidade vegetal e de educação ambiental.

Parágrafo Único. Os órgãos públicos estaduais competentes deverão cumprir o *caput* deste artigo, quando da efetivação das suas atividades de fomento e apoio técnico.

Art. 7º O Poder Executivo do estado do Paraná deverá estabelecer políticas públicas para que os produtos oriundos da reserva legal sustentável tenham valor agregado e alcancem os melhores retornos econômicos possíveis, viabilizando a manutenção destes sistemas racionais de produção.

Parágrafo Único - O Poder Executivo providenciará a criação de um selo identificando os produtos de que trata o *caput*; elaborará campanhas publicitárias; e fará uso de outros meios como feiras, concursos e cessão de espaços públicos para a plena execução do presente artigo.

Art. 8º Nas pequenas propriedades rurais, assim compreendidas de acordo com o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, para o cumprimento da manutenção ou da compensação da área de reserva legal poderão ser computados os plantios de árvores frutíferas, ornamentais ou industriais compostos por espécies exóticas, desde que não sejam exóticas invasoras, em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas.

Art. 9º O Poder Executivo terá 120 (cento e vinte) dias para dispor acerca dos critérios técnicos e científicos que irão regulamentar a presente lei.

§ 1º Para a execução do disposto no *caput* do presente artigo deverão participar a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SAB, a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER e o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, bem como deverá ser ouvido o grupo constituído pela Resolução conjunta nº 03/2008 - SEAB/SEMA de 16/01/08.

§ 2º O estado poderá promover convênios com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, em especial a EMBRAPA - Florestas, e com as instituições de Ensino Superior Federal e Estadual para a regulamentação e o cumprimento da presente lei.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(aa) LUIZ EDURDO CHEIDA

TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

A implementação da área de reserva legal não vem sendo cumprida pelos proprietários e possuidores rurais no estado do Paraná - não apenas devido às conhecidas dificuldades sociais e econômico-financeiras que os assolam - mas também porque não houve, até o presente momento, o devido estabelecimento das diretrizes para que a reserva legal garantisse benefícios imediatos.

O presente projeto de lei visa regulamentar a área de reserva legal, em um momento em que é premente a necessidade de proteção ambiental, aliada ao uso sustentável do meio, pois o homem não pode ser considerado dele dissociado, e porque a utilização racional, sustentável e consciente do meio ambiente, é capaz de estimular o desenvolvimento sustentável do Paraná.

Desde a publicação do Código Florestal há previsão e a obrigação de destinação de um espaço territorial em cada propriedade rural para a chamada área de reserva legal.

A Medida Provisória nº 2166, de 24/08/01, alterou, dentre outros, os artigos 1º e 16 do Código Florestal. Assim, o artigo 1º do Código Florestal define a reserva legal como sendo *a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.*

A importância da reserva legal é que ela compõe uma área mínima de vegetação nativa, indispensável para manter o equilíbrio ambiental e a garantia da capacidade produtiva das terras rurais. No entanto, seu conceito se encontra fundamentado na sustentabilidade, a qual abrange aspectos ambientais, econômicos e sociais das propriedades.

Muito embora a reserva legal seja uma obrigação real que recai sobre o imóvel, muitos agricultores não têm condições de destinar parte de suas propriedades para este nobre fim, sem comprometer sua condição financeira. Ocorre, porém, que a reserva legal não é inviolável e pode ser utilizada como fonte alternativa de recursos para os proprietários e possuidores.

A previsão do artigo 16, parágrafo 2º do Código Florestal aduz que a vegetação da reserva legal poder ser utilizada apenas sob regime de manejo florestal sustentável, de acordo com princípios e critérios técnicos e científicos estabelecidos em regulamento próprio, ressalvadas as hipóteses previstas no parágrafo 3º deste mesmo artigo, sem prejuízo das demais legislações específicas.

Esta é uma matéria de fundamental importância para a proteção ambiental, pois viabiliza a necessária destinação de uso sustentável das áreas de reservas legal nas propriedades rurais do Paraná.

A presença de vegetação nativa nestas áreas de reserva legal auxilia na diminuição da erosão e desertificação do solo - pois as florestas garantem maior infiltração das águas da chuva -, o que protege as nascentes de água em épocas de seca e evita o assoreamento de lagos e rios. Ademais, as áreas de reserva legal favorecem o desenvolvimento dos corredores de biodiversidade para os animais.

A utilização econômica das áreas de reserva legal, por intermédio do manejo sustentável, considerando as peculiaridades sociambientais de cada propriedade rural é imprescindível, não apenas para a geração de mais uma alternativa econômica para o proprietário rural - notadamente os pequenos, já tão castigados por problemas econômicos, mudanças climáticas, etc. - mas principalmente para viabilizar a proteção e o equilíbrio ambiental, gerando, inclusive, a possibilidade de melhoramentos sociais, econômicos e ambientais para toda a região em que esta propriedade esteja inserida.

Desta feita, a destinação de uso sustentável das áreas de reserva legal das propriedades rurais, considerando-se as características de cada fitoregião florestal, tem o intuito de fomentar a produção de serviços e produtos agrícolas com alto valor agregado, produção esta que pode abranger as mais diversas atividades, que considerem aspectos ecológicos e sociais, o que acaba por gerar um desenvolvimento socioambiental sustentado.

Outro aspecto que não pode ser desprezado é que cada vez mais as pessoas buscam espaços saudáveis e ambientalmente equilibrados para descanso e recreação. Assim, o encanto e o conforto harmonizados pela vegetação nativa são instrumentos essenciais para o desenvolvimento do ecoturismo ou turismo rural.

Como o Poder Público não definiu até o presente momento o que vêm a ser esses princípios e critérios técnicos e científicos que devem ser observados para o manejo de área de reserva legal, os agricultores não possuem os parâmetros necessários para efetivamente cumprir o Código Florestal.

A falta de regulamentação do Código Florestal tem duas consequências, ambas nefastas, a destruição da natureza - a que dispensa maiores explicações - e o engessamento das atividades de todos aqueles que, preocupados com a questão ambiental, sentem-se inseguros e sem o devido amparo técnico para viabilizar suas atividades de manejo sobre parâmetros sustentáveis.

Assim, é indispensável que o presente projeto de lei seja aprovado pelos nobres Deputados desta Casa, no intuito de ser esta uma proposta para regulamentar o artigo 16, parágrafos 2º e 3º, impondo ao Instituto Ambiental do Paraná que disponha acerca dos princípios e critérios técnicos e científicos balizadores do efetivo manejo sustentável nas áreas de reserva legal do estado, no intuito de melhorar a proteção ambiental, sem se esquecer do aperfeiçoamento econômico de cada região.

Pequeno Expediente

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Primeiro orador inscrito, Deputado Dr. Batista.

Deputado Dr. Batista (PMN)

O SR. DR. BATISTA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem me ausentei da Sessão por uma causa justa. Estive comemorando o aniversário de uma das cidades mais maravilhosas do estado do Paraná, a cidade de Maringá. Maringá - 61 anos - 10/05/47. Maringá de um povo alegre, que sabe cativar as pessoas.

Quando cheguei em Maringá, há muitos anos, formei minha família. Uma cidade que recebe todos os paranaenses de braços abertos. Uma cidade que está tendo festa. Um desfile maravilhoso. Estamos comemorando, e temos que comemorar o ano inteiro os 100 anos da imigração japonesa.

Muitas pessoas compareceram, apesar do feriado facultativo, para prestigiar essa maravilhosa festa. Estiveram presentes muitas autoridades, entre Prefeitos Deputados Federais e Estaduais - Deputado Ricardo Barros, Deputada Cida Borghetti e este que vos fala. Esteve presente também o Governador Roberto Requião e o Senador Osmar Dias, que fizeram belos discursos políticos trazendo benefícios para o estado do Paraná. Fiquei muito contente, pois quem ganhou com isso foi a cidade. Foi a Santa Casa de Maringá. O Governador Roberto Requião nos autorizou a entregar muitos materiais para as UTIs. Pasmem, através de interferência nossa, o Governador Roberto Requião está aparelhando também o HU.

Na próxima semana estaremos no Hospital Universitário de Maringá, presenteando a aniversariante, que é a cidade, uma das melhores faculdades de Medicina do estado do Paraná, a Faculdade de Medicina de Maringá. O HU receberá muitos aparelhos para que possamos atender não só a cidade de Maringá, mas sim toda região.

O nosso HU estará, com certeza, muito mais aparelhado do que está hoje e com médicos qualificados, porque hoje, a Faculdade de Medicina de Maringá está qualificada como a primeira faculdade, está colocada em 1º lugar em ensinamentos entre as ótimas faculdades que têm o estado do Paraná. Isso nos deixa muito contentes como médicos, como especialistas que somos, que ainda estamos na atividade, que ainda estamos operando, que estamos ao lado dos doentes, diuturnamente. Então, com isso, Maringá está orgulhosa do povo que tem, das faculdades que tem e, hoje, qualificada em 1º lugar a Faculdade de Medicina no estado. Não menosprezando as outras.

Parabéns Maringá! Parabéns àquele povo que sabe ser gente! Parabéns àquele povo que nunca foi itinerante do fracasso! Parabéns àquele povo que diuturnamente está sempre pensando na vitória! Parabéns à Maringá! Parabéns à essa população que nos acolheu e parabéns à cidade que acolhe todos os paranaenses, principalmente da nossa região.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Fizemos, agora há pouco, o encerramento da nossa Sessão da CCJ e hoje está na Ordem do Dia como primeiro projeto o debate e, obviamente, a votação das emendas apresentadas aqui, Deputado Luiz Carlos Martins, V. Exa. que estava na CCJ, das emendas apresentadas ao projeto de reestruturação do Tribunal de Contas. Este projeto havia sido apresentado e aprovado em 1ª votação, recebeu emendas na 2ª votação e, hoje, recebeu parecer contrário, inclusive aprovado pela CCJ, da maioria das emendas apresentadas.

Uso a tribuna neste momento, porque no decorrer do processo, obviamente, houve um acordo entre os Líderes da Oposição e da Situação para que possamos votar as emendas destacadas, uma a uma, mas uso este horário porque tenho uma preocupação. O projeto que foi aprovado aqui, talvez tenha passado despercebido e, neste final de semana, fizemos o debate com algumas pessoas que são da área jurídica, ele contém duas inconstitucionalidades absolutamente indissolúveis se permanecer da forma como está. Uma delas diz respeito à progressão interna em que o servidor pode entrar para um concurso, por exemplo, de motorista ou de auxiliar e, depois por ter concluído um curso superior, internamente, assumir uma vaga que possa vir a acontecer para aquele curso. Vou dar um exemplo: entra como auxiliar de tipógrafo e, depois, faz um curso de Medicina, há uma vaga para médico e ele assume como médico.

Fizemos uma emenda para corrigir essa distorção, porque a Constituição Federal não permite que tenhamos progressão interna sem que haja o devido concurso público. O provimento do cargo tem que ser com concurso público. Se não fizemos a alteração no projeto, da forma como está, primeiro, entendo que a Procuradoria Geral do Estado irá orientar para que tenhamos o veto desse artigo; segundo, se não houver o veto, não tenho dúvida, já estou falando isso para que depois não tenhamos que repetir esse debate daqui a dois, três meses, este projeto estará fadado a sofrer ação direta de inconstitucionalidade. Não há como solucionar.

Hoje pela manhã vi uma matéria feita pela jornalista da Gazeta do Povo, onde foi buscar algumas informações de determinadas ações que o Tribunal de Contas também teve com relação a prefeituras que tiveram esse procedimento. Ora, o Tribunal de Contas desaprovou as prefeituras que fizeram progressão interna sem abertura do concurso público, que entende o Tribunal que isso não é possível por lei. Então, não é possível que entenda para as prefeituras mas que não entenda no seu Regimento Interno. Há uma incoerência, porque no procedimento que diz que para as prefeituras não vale, também não vale internamente.

A outra situação que colocamos aqui hoje é que, além dessa progressão interna, havia e há no projeto que originalmente foi aprovado aqui, uma situação que me parece também passível de inconstitucionalidade, que é aquela que diz que se os servidores estiverem, por exemplo, nesse caso do médico, houver um questionamento judicial, houver ganho para aquele que questionou e o Tribunal tiver que fazer com que essa pessoa retorne para a função originalmente preenchida pela sua dotação, ele retorna mas não tem o salário compatível com aquele desempenho da função que ele faz. Ele permaneceria com o salário obtido de forma irregular. É outra inconstitucionalidade que fará, obrigatoriamente, com que esse projeto, ou seja vetado, ou seja colocado como ação direta de inconstitucionalidade. Claro que isso vai trazer uma série de questionamentos.

Quando li o projeto, Deputado Rossoni, o senhor também assinou as emendas, está obviamente na mesma linha de pensamento que outros Deputados que também assinaram essa emenda, estamos buscando fazer aqui uma correção preventiva de um problema que está previamente anunciado. Ou fazemos a correção a seu tempo, ou a Procuradoria do Estado irá fazê-la, até porque quando acionado é o estado, é porque o estado que é o gestor do orçamento, e além disso sabemos que se caso essas duas situações não ocorram, fatalmente teremos uma ação direta de inconstitucionalidade.

Então, penso que hoje teremos a oportunidade de fazer esse debate a respeito do reajuste ou pelo menos da recomposição dos salários dos servidores públicos que estão aqui. Sejam bem-vindos. Acho que será uma Sessão longa, mas que poderá ser histórica para a Assembleia Legislativa do Paraná, assim como foram tantas outras que tivemos polêmicas e essas polêmicas foram resolvidas aqui no debate e no convencimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Uso a tribuna na Sessão de hoje para discorrer mais uma vez sobre um assunto que preocupa a sociedade do oeste do estado, que é a questão do MST e a questão dos proprietários de terras.

Já nos manifestamos por diversas vezes desta tribuna, fazendo algumas considerações em relação ao Movimento dos Sem-Terra e também ao movimento dos proprietários das terras.

Primeiro, quero deixar uma coisa bem clara: eu particularmente e o meu partido, somos a favor da reforma agrária. Mas, uma reforma agrária dentro da lei, respeitando o direito a propriedade. Existem terras no Paraná, e com certeza terras no Brasil inteiro, que podem ser usadas para a reforma agrária. Basta o Governo querer desapropriar algumas propriedades e usar essas mesmas terras para assentar as pessoas que são da terra.

Quando eu falo pessoas que são da terra, fazer um cadastramento, porque temos hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, inúmeras pessoas que participam do movimento que não são da terra. São pessoas que são arrematadas na cidade, nas periferias e são levadas para engrossar o movimento

É por esta razão que eu gostaria, Sr. Presidente, para que ficasse registrado nos Anais desta Casa, ler uma correspondência que foi enviada para o Coronel, Tenente-Coronel Borges, Comandante do Batalhão da Polícia

Militar em Cascavel, para que fique clara qual a pretensão das pessoas que querem a reforma agrária e as pessoas que não a querem e usam o movimento com outra finalidade.

Diz a correspondência que leva o título de Sindicato Rural Patronal de Cascavel:

(Lê):

“Exmo. Tenente-Coronel:

O Sindicato Rural Patronal de Cascavel, a Sociedade Rural Oeste do Paraná, entidades representativas dos produtores rurais, apoiadas pela ACIC, OAB, CDL, após a reunião mantida com V. Sa. em seu gabinete em data de 08 de maio, ocasião em que lhe foi manifestada a indignação dos proprietários rurais, pelos fatos ocorridos na Fazenda Bom Sucesso e pela forma parcial com que as autoridades policiais vêm tratando os proprietários, vítimas de invasão de suas terras, elas vêm ratificar as manifestações feitas na ocasião e dizer ainda que o não cumprimento das reintegrações de posse das propriedades invadidas, a parcialidade de tratamento dado aos proprietários vítimas de invasões, contribuem para estimular novas ações dos ditos “movimentos sociais”, o que gera insegurança e apreensão dos produtores rurais de nossa região.

Os produtores rurais de nossa região são pessoas de boa índole, cidadãos trabalhadores, pacatos e responsáveis, avessos à atitudes mais radicais. Porém, cansados da indiferença e parcialidade com que são tratados, já aceitam discutir e tendem a aceitar a idéia de atitudes mais radicais.

Tememos que o pior possa vir a acontecer, em breve.

Na tentativa de evitarmos o pior, nos propomos a participar de uma mesa de negociações, com os ditos “movimentos sociais”, com a presença das autoridades policiais, judiciais e governamentais, na tentativa de encontrarmos um denominador comum e, na medida do possível, firmarmos um pacto de não agressão e de convivência pacífica no meio rural.

Nossa condição para viabilizar este pacto é a reintegração de posse das terras invadidas em nossa região, compromissos de que não ocorram novas invasões e a aceleração das compras de terras disponíveis para assentamento das famílias de sem-terra acampados e já cadastrados.

Para que isso ocorra, solicitamos vossa mediação para que seja viabilizado este encontro, dentro do menor espaço de tempo possível.

Pela atenção que nos foi dispensada e pelas providências, que temos certeza serão tomadas por V. Sa. reiteramos os nossos votos de apreço e agradecimento.

(aa) Sindicato Rural Patronal

NELSON EMÍLIO MENEGATTI - Presidente

Sociedade Rural do Oeste do Paraná

ALESSANDRO MENEGHEL - Presidente

Associação Comercial e Industrial de Cascavel

VALDINEI ANTONIO DA SILVA - Presidente

Câmara dos Dirigentes Lojista de Cascavel

NILSON AUGUSTO LELMJUHL - Presidente

Ao. Exmo. Tenente-Coronel
Celso Luiz Borges
Comandante da Polícia Militar de Cascavel
Cascavel/PR”

Então, através desse documento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fiz questão de fazer a sua leitura para que fique claro que as entidades em Cascavel, como as entidades organizadas, querem a paz e querem a reforma agrária, mas eles querem, acima de tudo, o cumprimento da lei!

Alguém já disse que a reforma agrária é possível, ela é possível sim, basta o Governo querer! E não basta apenas dar um pedaço de terra para as pessoas. O Governo, quando assenta as pessoas, tem que dar assistência para que as pessoas possam também, na sua área de terra, cultivar e ter condições de cultivar a terra, o que não acontece hoje no nosso Brasil na maioria dos assentamentos já realizados.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fico com o que vemos pela imprensa: o MST já recebeu 50 milhões do Governo Lula. Não que o Governo tenha repassado direto esses recursos, porque o MST não tem personalidade jurídica, mas usa outras entidades e essas entidades repassam os recursos para o Movimento dos Sem-Terra.

Passa a usar o horário da Liderança do Partido Democratas

Por essa razão, Srs. Deputados, as entidades organizadas em Cascavel, estava falando há pouco com o Deputado Edgar Bueno, que é de Cascavel, sobre essa marcha que vai acontecer no próximo dia 16 por volta das 13h, vão se concentrar na sociedade rural, ou seja, no EXPOVEL, onde acontecem as exposições, a marcha pelo cumprimento da lei e da ordem e pela paz no campo. É isso que os proprietários querem: nada mais que o cumprimento da lei e a paz no campo que seja efetivamente instituída!

Cedo aparte, primeiro ao Deputado Plauto e depois ao Deputado Edgar Bueno.

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)

Deputado Elio Rusch, ouço com atenção e venho aqui trazer o meu apoio ao seu pronunciamento e à sua forma de conduzir o seu pronunciamento.

É claro, os proprietários rurais, os produtores rurais pedem que a lei seja cumprida para que eles possam dar seguimento às suas atividades, que é produzir alimentos, comida, arroz, feijão, trigo, milho, soja. E não podemos aceitar quando um “movimento social”, muitas vezes direcionado por Líderes que têm uma vontade política e não uma ação voltada diretamente para a produção, vemos aí toda uma situação que é criada fazendo com que a lei venha a ser descumprida. Os proprietários rurais

estão no seu direito. A partir da hora que fazem o movimento pedindo para que as reintegrações de posse sejam cumpridas, eles estão fazendo uma ação dentro da lei. E queremos que as autoridades competentes possam fazer com que o direito dos produtores rurais do nosso estado do Paraná venham a ser cumpridos.

Meu apoio ao seu pronunciamento e tenho certeza que com uma ação construída pelos produtores, da forma como estão querendo fazer, vão fazer com que o correto venha a ser cumprido neste estado.

Obrigado.

O Sr. Edgar Bueno (PDT)

Deputado Elio Rusch, quero parabenizá-lo por trazer esse assunto, tão preocupante na região oeste do Paraná. Na semana passada tive uma reunião com o Líder do Governo, Deputado Romanelli, transmiti a ele essa tensão que vivemos no campo hoje, transmiti a ele a preocupação e agressão que existe com os proprietários de terra, aqueles que têm as suas propriedades invadidas, aqueles que têm, por lei, o direito da reintegração de posse e o não cumprimento do Governo com referência a estas questões.

Nós, da Assembléia Legislativa, vamos ter que participar desse grande encontro das entidades. Vamos ter que trazer essa preocupação para o Governo e temos que tomar posições claras imediatas e, principalmente, no sentido de buscar esse entendimento. Do jeito que está, não dá.

Tem uma família em Cascavel que tem cinco invasões na sua propriedade. Na semana passada eles colocaram os tratores para virar a terra, para arar a terra e para plantar aquilo que é seu e foram impedidos, e daí deu o conflito que deu.

Então, estamos muito preocupados com essa situação. Temos que colocar toda a Assembléia nessa negociação. Temos que cobrar responsabilidade do Governo do Estado. O Governador Requião tem que tomar posição nesse sentido, tem que agir, sob pena de amanhã assistirmos, novamente, derramamento de sangue na região oeste do Paraná.

Conte com a minha solidariedade. Gostaria de pedir aos agricultores produtores rurais da região de Cascavel, que tivessem paciência, que pudessem partir para o diálogo. Logicamente que a paciência deles já se esgotou, mas temos que trabalhar no sentido do diálogo, para que não assistamos as agressões que já assistimos.

Parabéns e conte comigo. Quero estar nesse encontro da sexta-feira, em Cascavel, porque é de nossa obrigação, de nosso dever buscar soluções para esse problema tão tenso na região oeste do Paraná.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Deputado Edgar Bueno e Srs. Deputados, a nossa preocupação, Sr. Presidente, é que se dê, de repente, apenas

ouvido a um segmento, a um lado da questão da reforma agrária. Têm que ser analisado os dois, Quem quer resolver o problema, tem que se colocar no lugar dos dois lados: de quem necessita da terra, de quem quer trabalhar na terra, mas tem que se colocar também do lado do proprietário.

Tivemos infelizmente, no oeste do Paraná, mais precisamente na Fazenda Syngenta, a morte de duas pessoas, duas baixas. Uma da questão de segurança e outros que se dizem dos sem-terra.

Ora, mas não foi um sem-terra que foi morto, foi um funcionário da PUMPAR, que estava enrustido liderando um movimento de sem-terra lá na Fazenda Syngenta. É funcionário da PUMPAR em Curitiba. O que esse Kenon estava fazendo lá em Cascavel, dizendo ser Líder de um sem-terra? É isso que não podemos aceitar! E passado, infelizmente, esse triste episódio da perda de suas vidas, de repente, só se ouviu no Congresso Nacional se dar valor para aquele cara que morreu do movimento, dizendo que era um sem-terra, quando na verdade não foi um sem-terra. O outro era o quê? Não era um ser humano? Era um ser humano também! Duas pessoas perderam a vida. Mas, não se dá esse lado, se usa exatamente quando o proprietário procura proteger a sua propriedade, contrata seguranças. Daí é milícia armada.

O que diz o jornal lá do oeste: “Ruralista, só querem o cumprimento da lei.” O que é o cumprimento da lei?

Em primeiro lugar, respeitar o direito à propriedade. O Governo quer resolver? Desaproprie, compre a terra.

Aliás, em Cascavel, na região, Deputado Edgar Bueno, V. Exa. sabe muito bem, com muita propriedade disse aqui no nosso aparte: “Tem proprietários que querem vender e estão em negociação. Há muito tempo em negociação e o proprietário não está recebendo o dinheiro para que a pessoa possa ser assentada.

Então, isso tem que ser levantado, tem que ser dito. Infelizmente, naquela fazenda onde houve esse conflito recentemente, Fazenda Bom Sucesso, se não me falha a memória, as pessoas não estão dentro da terra. Estão no lado da BR entre Cascavel e Corbélia. Eles não estão lá dentro, mas usam a terra, não permitem que o proprietário plante. Eles estão plantando 50 alqueires de terra daquele proprietário. É uma terra produtiva.

O Sr. Edgar Bueno (PDT) (Aparte)

Só queria fazer uma pergunta a V. Exa. se V. Exa. tem conhecimento se a pessoa que nomeou num cargo público aquele funcionário e que mandou para fazer baderna nos movimentos dos sem-terra, foi punido? Quem nomeou esse cidadão?

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Deputado Edgar Bueno, lamentavelmente, não tenho conhecimento nenhum. Alguma atitude que tenha sido tomada por parte das pessoas que nomearam esse tal do Kenon, que foi morto, que lamentavelmente perdeu a sua vida e nós condenamos a violência. Mas a primeira violência que existe é de invadir a propriedade de quem é proprietário e de quem produz, não é terra improdutiva.

Lamentavelmente se diz também por aí que os “movimentos sociais” são movimentos sociais e que estão desarmados. Foice, machado, facão não são armas, são ferramentas de trabalho para eles. Agora, se o segurança fizer a defesa da sua propriedade, essa é milícia armada.

Quantas pessoas são mortas com facão, machado, foice, assassinatos, outras mortes que acontecem diariamente no Brasil afora? Briga de bar é com facão e não com faca, daí não é arma. Claro que é arma! Queremos a reforma agrária, mas respeitando a propriedade.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Deputado Ney Leprevost.

Esta presidência deseja anunciar, a pedido do Deputado Professor Luizão, a presença do Sr. Paulo Cezar Sabin - Secretário de Promoção Social, do Trabalho e Emprego da Prefeitura de Campo Largo, bem como o Sr. Carlos Andrade - Secretário de Governo de Campo Largo.

Sejam ambos bem-vindos a nossa Casa.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Sobre o tema que V. Exa. abordou na tribuna, gostaria apenas de fazer uma observação. O eminente cientista político italiano, Norberto Bobbio, dizia que a cidadania só é plena em uma sociedade quando estão garantidos os direitos à vida, à liberdade e à propriedade.

Portanto, o seu pronunciamento foi muito oportuno e vem à calhar com o sentimento de muitos brasileiros que se indignam diante do desrespeito à lei, do desrespeito ao estado democrático de direito e do desrespeito à propriedade neste país.

Gostaria de falar de um tema muito positivo, trazemos aqui inúmeros assuntos relevantes, mas normalmente acabamos exercitando com muito mais ênfase o nosso espírito crítico, até porque uma das funções do parlamento é fiscalizar o Poder Executivo.

Porém, hoje, venho para falar de um assunto muito positivo, interessante, venho a esta tribuna para falar sobre esporte.

Quando tive a oportunidade de servir ao nosso estado na condição de Secretário Estadual do Esporte e do Turismo, fui beneficiado com um projeto que a mim foi trazido por uma empresa de Santa Catarina chamada Parati Alimentos e que na época recebeu o nome, no Paraná, de Piá Bom de Bola.

Esse projeto envolveu mais de 200 mil crianças. É um projeto social, educacional e esportivo e não sei porquê motivos a atual gestão, o atual Governo, na sua gestão passada, não deu continuidade ao Piá Bom de Bola, mas

as notícias que tenho é de que houve uma sensível diminuição de evasão escolar durante o tempo em que o Piá Bom de Bola acontecia em todo estado do Paraná

Não contente com a paralisação desse interessante programa social, educacional e esportivo, no ano passado procurei a Secretaria de Assuntos Metropolitanos da Prefeitura de Curitiba e apresentei ao Secretário Domingos e à Superintendente, Srta. Paula Tavares, uma proposta para que fosse feita uma versão metropolitana do Piá Bom de Bola. Para minha agradável surpresa, essas pessoas contataram a empresa Parati Alimentos e a empresa sensibilizou-se com a oportunidade não de um Piá Bom de Bola, mas mais do que isso, um Bom de Bola metropolitano. Por que não mais Piá Bom de Bola? Porque agora as meninas também já estão tendo a oportunidade de participar e temos equipes de futebol masculino e de futebol feminino participando do Bom de Bola. E estão aqui hoje, na Assembléia Legislativa, nos visitando as meninas e os meninos do time de Balsa Nova e eu pediria que levantassem nas galerias, sendo que está aqui também o Secretário de Esportes daquele município, o Jairo Bueno, e está aqui o Diretor de Marketing da Parati, o Adair Gutti, que nos honra com a sua presença. Parabéns à Parati e parabéns a todos os integrantes do Bom de Bola do município de Balsa Nova.

O Bom de Bola envolve hoje 1.500 crianças em toda a região metropolitana de Curitiba e inclusive no litoral do estado. Hoje participam do Bom de Bola metropolitano os municípios de Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Grande do Sul, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Tunas do Paraná, Antonina, Campo do Tenente, Guaraqueçaba, Guaratuba, Ilha do Mel, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Piên, Rio Negro e Pontal do Paraná. Falo no Bom de Bola, que envolve 200 mil crianças em todo o estado do Paraná nos anos de 1999/2000 e que hoje envolve 1.500 crianças na região metropolitana, nos municípios do sul e do litoral, porque creio que cabe a esta Casa reconhecer o investimento que essa empresa, que não é uma empresa do Paraná e sim de Santa Catarina, a Parati Alimentos, está fazendo no campo social, esportivo e educacional no nosso estado.

Para muitos isto é apenas uma bola, para muitos isto é apenas uma esfera cheia de ar, mas esta é, sem dúvida alguma, a melhor arma que temos, a arma poderosa que temos, junto com a educação, para manter as nossas crianças longe do crime, para manter as nossas crianças longe do tráfico de drogas, para manter os nossos jovens longe das gangues de rua. O esporte é vida, mas o esporte é, acima de tudo, Deputado Dr. Batista, um instrumento de transformação social. Através do esporte o jovem adquire disciplina, responsabilidade, saúde e oportunidades inclusive de empregos para o futuro.

Conversava outro dia desses com a minha amiga Hortência, grande campeã de basquete deste país, e a Hortência me dizia: “Ney, nasci pobre, nasci na favela, hoje tenho uma vida de rica, e devo tudo ao esporte, porque me dedicando ao esporte eu construí a minha vida, criei os meus filhos, e hoje sou uma mulher muito bem sucedida”. E assim acontece com vários outros, com o Kaká, com vários outros atletas deste país.

Então, o que eu quero pedir é que as autoridades olhem com mais carinho para o esporte, invistam no esporte e na Educação neste país, e acreditem que essa bola, a bola de basquete, a bola de vôlei, os equipamentos para a ginástica olímpica, as piscinas de natação, os campos de futebol, as quadras esportivas, são a grande arma para tirarmos o jovem da rua, da violência e do crime e construirmos um país melhor.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Ney Leprevost, primeiro parabéns. Gostaria de dizer a V. Exa. que antes de imaginar em sair candidato e me tornar um político, apenas como radialista na cidade de Ponta Grossa, eu já admirava o seu trabalho como Vereador, como agente político. E principalmente através desse grande projeto que eu admiro, tenho certeza absoluta, você marca o seu nome na história política do estado do Paraná. E o que V. Exa. falou agora há pouco na tribuna é de extrema importância. Realmente, se os nossos políticos, se nós todos, como Deputados, como Vereadores, Prefeitos, o nosso Governador, o nosso Presidente da República, os nossos Senadores, se levantarmos a bandeira do esporte, estaremos proporcionando um grande futuro para todas as crianças do Brasil.

O SR. NEY LEPEREVOST (PP)

Quero agradecer o aparte do Deputado Marcelo Rangel. Quero dar uma boa notícia. A Parati está interessada também em fazer, no ano que vem, o Adair que é o Diretor de Marketing confienciava a mim lá em São José dos Pinhais, quando estivemos juntos no lançamento no Bom de Bola metropolitana, no Ginásio de Esportes Ney Braga, onde funciona também o Centro de Excelência do Basquete, que eu tive a felicidade de inaugurar, o Adair, Diretor da Parati, me confienciava que ele no ano que vem pretende também levar o Bom de Bola para a região dos campos gerais.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Ney Leprevost, V. Exa. à frente da Secretaria de Esportes, nós acompanhamos, teve vários projetos implantados, mas vou dizer sem medo nenhum de errar, se fosse só esse projeto implantado por V. Exa.

já teria valido a pena a sua passagem pela Secretaria de Esportes. Por quê? Exatamente porque ele impede, ele ajuda a impedir que as nossas crianças fiquem à deriva e vão para o uso das drogas. Então, quando vemos e quando sentimos uma empresa privada como a Parati Alimentos, que patrocina, que coordena, que se entusiasma fazendo esse papel, isso nos dá a perspectiva de dias melhores para a nossa juventude.

Parabéns a V. Exa! Parabéns a Parati!

Deputado Ney Leprevost, se V. Exa, neste instante, botar um tênis, um agasalho, pegar o seu carro e ir a qualquer bairro da periferia de Curitiba, pegar um terreno baldio, colocar uma cesta de basquete e começar a jogar bola ali sozinho, não dou 15 minutos para V. Exa. ter ao seu lado vários e vários meninos e meninas.

Por que não se faz isso? A Parati está dando uma demonstração, está nos dizendo que é possível fazer.

Esse projeto teve o seu apoio. V. Exa. foi um grande entusiasta e divulgador desse projeto.

Parabéns!

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Muito obrigado pelo aparte. Quero aqui reconhecer o incentivo, o apoio da Banda B, uma emissora que V. Exa. lidera e, a cada dia, está melhor. A Banda B tem ajudado muito o Bom de Bola a crescer muito na região metropolitana de Curitiba.

Concedo um aparte ao Dr. Batista e peço desculpas ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Dr. Batista (PMN)

Deputado Ney Leprevost, estava ouvindo atentamente o seu discurso. Conheço a história de V. Exa. como grande Secretário que foi.

Sabemos que esporte é vida e saúde. V. Exa. fez um grande trabalho na Secretaria de Esportes. E quando V. Exa. esteve em Maringá, já sonhava, naquela época, em ter um grande time na cidade de Maringá.

Parabéns pela sua iniciativa! E Maringá, com certeza, terá um time campeão no estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Muito obrigado, Dr. Batista!

Fica esta mensagem, para que as empresas, a exemplo da Parati Alimentos, invistam no esporte e acreditem no esporte, porque esporte é vida, é saúde.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Antes de passar a palavra ao Deputado Jocelito Canto, quero registrar as nossas homenagens aos meninos de Balsa Nova. Sejam bem-vindos a nossa Casa! Parabéns!

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Ney Leprevost, V. Exa. não teve tempo de me conceder um aparte.

Quero dizer a V. Exa. que, quando Secretário, firmamos o projeto lá em Ponta Grossa “Caminhos da Liberdade”, onde os presos confeccionavam bolas e as bolas a Prefeitura levava aos bairros e lá criamos um projeto que chamei de Projeto de Origem.

Estou escrevendo um livro e escrevo que, quando menino, morávamos num bairro pobre do Rio Grande do Sul e não tínhamos um campinho de futebol. E nos obrigávamos a invadir um campo de um grande proprietário para fazer um campinho. Os caras vinham lá, derrubavam e corriam atrás de nós e nós íamos lá e construíamos o campinho de novo.

Quando tive oportunidade de ser Prefeito, a primeira coisa que fiz foi construir o Projeto Nosso Campinho. Mais de 150 campos foram construídos nos bairros de Ponta Grossa. Com a Prefeitura cedendo as bolas do presídio Hildebrando de Souza, em parceria com o estado; as camisas que a Prefeitura comprava e o acadêmico da UEL, que ia duas vezes por semana nos campinhos, dar treinamento para os jovens.

Foi um projeto revolucionário chamado Nosso Campinho, que levava alegria ao pessoal dos bairros. Uma pena que, depois, este projeto acabou. Era um projeto maravilhoso que revelou vários jogadores. Tem um menino, agora, que está no Grêmio de Porto Alegre, que passou pelo Projeto Nosso Campinho.

Quero cumprimentar V. Exa., porque seu projeto também é maravilhoso. Tudo que mexer com futebol faz bem para a cabeça do jovem. V. Exa. tem razão e tem meu apoio. Tudo que V. Exa. fizer pelo futebol, faz pela qualidade de vida das cidades.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Deputado Jocelito, um pequeno aparte.

(Assentimento)

Apenas para lembrá-lo que V. Exa. também fez diversas quadras cobertas de futebol em Ponta Grossa. Tive oportunidade de visitar algumas delas naquele seu carro Gabinete Móvel do Jocelito. V. Exa., realmente, foi um Prefeito de Ponta Grossa que investiu muito pelo esporte, fez muito pelo esporte daquele município e aceite meu reconhecimento público e meus cumprimentos pelo seu trabalho.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Deputado Ney Leprevost! Para o senhor ter uma idéia, o Operário de Ponta Grossa está na 2ª divisão. No 1º de maio, aniversário do Operário, Deputado Caíto, 11 mil pessoas no estádio. A Polícia Militar fechou a entrada do estádio porque não cabia mais gente. Domingo agora, o Operário joga em casa e, tenho certeza,

não vai caber o povo de novo. Futebol é apaixonante! Sr. Presidente, V. Exa. gosta de futebol, lembra do pai, fica louco de alegre.

Ontem, ouvi alguns comentários sobre Segurança, Educação e prova de amor a Ponta Grossa, Deputado Caíto. Hoje, vim aqui porque acho que é um momento em que só as palavras não resolvem. Palavra é bom, às vezes para alguns políticos, em época de eleição. Eu prefiro ir para os finalmentes.

Ontem, vi aqui o Deputado Plauto nervoso. Cinco anos do curso de Medicina em Ponta Grossa.

Está com a imprensa, está rodando, está autorizado para todo mundo, quem quiser veicular no rádio pode, na televisão, onde quiser. Hoje, fiz uma brincadeira na rádio relembando os bons tempos de narrador desportivo e narrei um jogo com este time que está há 20 anos no poder, que o Haully citou aqui ontem. O gol foi do Requião, porque é o Governador fica mais bonito. Então, está com a imprensa, está autorizado para quem quiser colocar no ar. A CBN parece que vai colocar no ar, pediu autorização. Pode colocar no ar. Fala do Rubens Bueno: “Todo limpinho, bota no peito, bota no chão, Rubens Bueno, tudo limpinho!” Bacana! Espetáculo! Vocês vão gostar. Fiz hoje na rádio, ao vivo, e estou distribuindo para o Paraná inteiro. Quem quiser pode colocar no ar. É uma coisa bonita, É uma crônica, um momento de humorismo que fiz em relação ao que o Haully falou, aqui, ontem, dos 20 anos daquele time no poder. Eu fiz até uma brincadeira: muda a camisa, mas o time é o mesmo!

O que mais gostei foi a parte que coloquei o Requião de zagueiro, porque é truculento, dá porrada em todo mundo. Eu coloquei o Requião de zagueiro no time e aí, quando o Requião matou a bola, foi subir: “Requião matou no peito, olhou para o lado e foi dar uma cotovelada, mas ele viu que não tinha ninguém, continuou e não deu uma cotovelada, continuou o jogo.” E, no final, o gol acontece, exatamente quando vai ser cobrado um escanteio, que é um escanteio a favor do time dos 20 anos no poder e o escanteio foi ser cobrado, escanteio muito importante e aí o Osmar Dias estava no comando do ataque, era o centroavante porque é rompedor, é grandão também, bate para todo lado. Na hora de cobrar o escanteio, o Rubens Bueno gritou: “Deixa para mim que eu mato! Estou mais preparado!” Quem cobrou escanteio foi o Rubens Bueno. Até fiz um comentário: poxa, o Rubens Bueno! O jogo já está no final e o Rubens Bueno está todo limpinho. Até a chuteira está limpinha! Espetáculo! Aí o Rubens Bueno cobrou o escanteio e o Requião subiu lá no segundo pau e fez de cabeça o gol do time que está há 20 anos no poder. Aí o comentarista entrou e disse: “Poxa, o Lerner que estava no gol não viu a bola!” Mas tudo bem. Isso é brincadeira.

Está à disposição, Deputado Luiz Carlos Martins, se quiser reprisar, amanhã, na sua rádio. Se reprisar lá, estou feito, porque é a rádio mais ouvida aqui em Curitiba. Se V. Exa. quiser, está à disposição. Ficou bonito. Uma brincadeira gostosa, só para passar o tempo. Mas, enfim, Sr. Presidente, deixando a brincadeira de lado, Rubens Bueno é meu amigo, já votei nele, gosto dele.

Mas, vim hoje aqui pedir uma prova de amor ao Governador. Quando se fala em Segurança, como se consegue chegar a uma boa Segurança numa cidade? Primeiro tem que ter qualidade de vida, tem que ter Educação. No ano passado coloquei no PPA um projeto muito bonito sugerido pelos professores lá de Ponta Grossa, no sentido de que o estado do Paraná passe a ter ensino integral de 5ª a 8ª séries, Deputado Caíto, num primeiro tempo, que comece aos poucos. Período integral nesse que é um momento bom na vida dos jovens. Que tenhamos aula pela manhã e atividades à tarde. Um período integral na escola para os jovens, para evitar que os jovens se envolvam em crimes.

Ponta Grossa ficou 30 dias sem homicídio e queremos continuar melhorando os números de Ponta Grossa. Claro que de vez em quando ocorrem algumas coisas que a Polícia não pode ir lá proibir. A Polícia não pode, por exemplo, descobrir que o cidadão vai fazer um cavaleiro de pau num bairro e vai matar um jovem. A Polícia não pode ter bolinha de cristal. Lá num bairro, um cidadão despreparado mata uma criança de 14 anos. A Polícia não tem o que fazer. Ou tem? Um outro caso, um crime passionai de outra jovem, em que um jovem apaixonado por uma menina que não o queria, foi lá e deu um tiro. O que a Polícia pode fazer? Isso é falta de Educação! É falta de melhorar o entendimento. E o último crime que aconteceu, que foi lamentável, um jovem foi expulso de um clube porque estava aprontando. Saiu foi em casa, pegou o revólver e veio dar um tiro no segurança do clube. Ao dar o tiro, errou e pegou uma criança de 14 anos que estava lá dentro. Agora, Deputado Péricles, é culpa da Segurança esse fato? Uma menina de 14 anos num clube à noite? É culpa de quem? É só do estado! A Segurança é uma porcária! E aquela criança era de responsabilidade de quem? Mas o estado paga, porque dá mais mídia!

Mas, vim hoje trazer uma solução e uma idéia. Colocamos no PPA no passado, pensando no futuro, a escola integral de 5ª a 8ª séries nesse ensino fundamental. E ontem, comemorou cinco anos do fechamento do curso de Medicina.

Vim aqui hoje sugerir ao nosso Governador que ele restabeleça a paz em Ponta Grossa. Já fez lá um centro de ressocialização de 8 milhões; está construindo o hospital regional de 15 milhões, mais 15 de equipamentos. Nota 10, ninguém nunca fez. Mas queria pedir para ele mais um presente à nossa cidade: estamos com problema no Instituto de Educação que, aliás, volto a dizer aqui, no dia da nossa posse aqui eu briguei com o Requião lá no Canguiri por causa do Instituto de Educação, devido àquela licitação. Foi uma briga feia e nunca tivemos mais o mesmo convívio depois disso. O Instituto passa por um momento difícil. Não é aquele desespero que estão falando aí que caiu o Instituto. Não. O Instituto não caiu. Não é todo este desespero, não é toda esta loucura. Ele está em situação difícil, mas faz 15 anos que está. Eu trouxe o jornal outro dia aqui: faz 15 anos.

Mas trouxe uma alternativa aqui hoje: queria sugerir ao nosso Governador Requião, que já comprou um haras de 8 milhões aqui na região metropolitana, e eu votei a favor aqui, votamos a favor, parece que é para construir uma escola, um parque, eu votei a favor. Diz que era bom, eu votei a favor, 8 milhões. Gastaram mais 4 milhões para fazer, foram 12 milhões. Comparam o haras. Nada contra o haras.

Agora, quero pedir para o Governador que ele compre, em Ponta Grossa, um seminário que está lá e que pode ser a salvação do Instituto de Educação e pode ser também, depois de um ano que os alunos ficarem lá, reformar o Instituto, pode ser a criação do ensino de 5ª a 8ª séries em período integral. E pode também, Deputado Ney Leprevost, se estender este projeto para um projeto para os garotos de rua jogarem futebol, porque esse seminário é um dos mais bonitos do estado do Paraná, Deputada Rosane. São 11 mil metros de construção, quatro andares, construído em 1940, terminado em 1980, praticamente dentro de Ponta Grossa, e os Padres querem vender. Sabem quanto vai custar? Oito, nove milhões. O preço do parque que o Requião comprou aqui em Curitiba.

Queria pedir hoje para o nosso Governador que ele dê à Ponta Grossa o que deu a Curitiba. Resolve o problema do Instituto, prepara, e ele disse na sua posse que ele faria nas cidades pólo do Paraná uma escola especial, estou lembrando disso, está pronto, é uma arquitetura maravilhosa. Eu trouxe uma foto aqui, quero mostrar, é uma arquitetura maravilhosa. Eu trouxe uma foto aqui, quero mostrar, a televisão pode pegar aqui uma cópia do que representa o nosso Seminário Verbo Divino: quatro andares, uma área de 70 mil m2, na Colônia Dona Luiza, em Ponta Grossa. Esse seminário, se o Governo quiser, ...

Passa a usar o horário da Liderança do PTB

... compra isso por 8, 9 milhões, negociando bem quem sabe até menos. Os Padres querem vender. Está com a opção de compra, uma empresa lá de Toledo, mas isso se negocia. Já pensou que maravilha seria para Ponta Grossa neste momento, Deputado Péricles?

Fui hoje lá e confesso a V. Exa. que eu não conhecia por dentro aquele seminário. Voltei de lá apaixonado e quero aqui fazer um convite ao Governador: quero levá-lo para conhecer o seminário esta semana ou na semana que vem para ele se apaixonar por aquela obra, como eu que tenho visão social me apaixonei. Dá para fazer 70 salas de aula, tem elevador, tem piscina, tem teatro, tem bosque, está do lado da rodovia também. É uma obra divina e eu, ao entrar hoje lá, fiquei torcendo e quando passei na frente de todos os santos que tinha lá, cada santo que passava eu fazia um pedido para que o nosso Governador fosse tocado por aqueles santos para comprarmos esse seminário.

E eu quero aqui, sei que o Governador às vezes está lá no Palácio e ele é jornalista, curioso, gosta de nos ver falar ou alguém fala para ele ir conhecer esse seminário em Ponta Grossa, não preciso nem ir junto, pega o irmão, o Maurício, vai lá em Ponta Grossa ver que maravilha!

Presidente Nelson Justus, quero pedir em memória de seu pai, ponta-grossense, quero pedir que V. Exa. me ajude nessa empreitada, já lhe mostrei o quadro, este seria o grande presente que o Governo podia dar à cidade neste momento, acabava também o blablablá do Instituto. Os alunos não querem sair de lá, mesmo com as dificuldades eles não querem sair de lá!

Então, quero fazer este apelo aqui ao nosso Governador hoje: Governador, eu me arrebentei na sua campanha, trabalhei feito um condenado, sofri, perdi até voto, mas não lhe neguei! Como não vou negar também o Deputado Durval Amaral, candidato ao nosso Tribunal de Contas e não tenho nada contra o Maurício. Vou votar no Durval porque o Durval na outra vez, quando votei no Pessuti, me pediu voto e eu disse que já tinha compromisso com o Pessuti, mas eu disse a ele que se estivesse nesta Casa e tivesse mais uma vaga, podia contar com o meu voto. E palavra é para ser cumprida. Então, me voto não é nada contra o Maurício, não é nada pessoal, é porque eu dei a minha palavra para o Durval Amaral e acho que ele tem condições de ir para lá.

Então, peço ao Governador que eu pedi voto, que eu votei, que eu trabalhei, que eu apanhei, peço ao Governador do Paraná, Deputado Alexandre Curi, V. Exa. que está sempre lá com o homem, até brincamos aqui, penduradinho lá, com todo respeito, está sempre com o Governador, nos ajude também, Deputado Alexandre Curi. Nos ajude, Deputado Romanelli. Quero pedir a todos que nos ajudem nessa empreitada!

Seria o grande momento da história do Governador Requião, em Ponta Grossa. Ele já comprou um parque, custou 12 milhões para fazer a natureza, estou pedindo a ele que compre um colégio que pode ser o que ele quiser, 70 salas de aula, coisa mais linda, uma arquitetura maravilhosa! Querem transformar aquilo numa coisa privada e eu quero transformar aquilo em qualidade de vida para a nossa cidade, porque se tivermos um ensino integral, depois do Instituto, vamos ter alunos de manhã e à tarde naquele lugar sagrado e abençoado!

Quero pedir aqui ao nosso Governador que ele pense, visite o local, tem algumas pessoas querendo comprar aquela área para fazer hotel, não sei o quê, eu gostaria que fosse investido na qualidade de vida da nossa cidade! Até porque a nossa cidade, Deputado Péricles, com todos os defeitos que têm, com todos os problemas que tem, é das cidades mais calmas das grandes cidades do Paraná. É sim! Não é papo furado, é pegar números e dados, é a cidade mais calma das grandes cidades do Paraná, em furtos de veículos, em homicídios, claro que é, peguem os números!

Quero pedir ao Governador, neste dia, que ele dê esse presente a Ponta Grossa. Ele já deu aqui à região

metropolitana de Curitiba, quando ele construiu o parque que era do finado Aníbal Khury, parque maravilhoso! Queremos um pouco menos desse dinheiro, agora, para resolver o negócio do Instituto de Educação. Os alunos podem ir na semana que vem para lá e ter aula! Na semana que vem pode todo colégio ir para lá e sobra lugar! Em contrapartida reforma o Instituto, daqui a um ano o estado vai lá e transforma aquele seminário naquilo que é qualidade de vida, Educação, Educação e Educação! Alunos de manhã, à tarde, período integral! Está no PPA desta Casa, eu coloquei a nossa assessoria, os professores de Ponta Grossa nos deram a idéia: período integral. Jovens de 14, 15, 16 anos, de manhã na escola, à tarde na escola. Dá para fazer uma escola para começo, no Paraná, para fazer o teste para ver que as coisas vão melhorar e Ponta Grossa merece, porque mantém sua qualidade de vida e pode manter muito mais.

Por isso, Srs. Deputados, sempre quero construir, porque construir faz bem. Peço a todos que nos ajudem nessa empreitada. Peço ao Governador, que já construiu o Centro de Ressocialização, de 8 milhões, que não tinha. Para falar de duas obras que eu gosto e que estão construindo, a maior obra, que é dos meus filhos, dos meus netos, de todos que moram em Ponta Grossa e nos campos gerais, que é o hospital regional, que está na fase final.

Quero pedir ao Governador que dê mais esse presente para Ponta Grossa neste ano. Resolve o problema da Educação dele, cumprimenta a Segurança que vai melhorar, resolve o problema e cuida de uma coisa que é o mais espetacular da nossa cidade, a história da cidade. Peço ao Governador que nos ajude.

Deputado Péricles, V. Exa. pediu um aparte, é sempre bom ouvir alguém que entende dessa área de construção, que é V. Exa.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Deputado Jocelito, quero manifestar o meu apoio à sua idéia. Acho que isso resolve uma série de questões, não só emergencialmente a questão do Instituto, mas do ponto de vista estrutural. O bairro de Oficinas é um bairro que merece investimento na área de Educação. Mesmo em Ponta Grossa, o próprio Núcleo Regional de Educação não tem uma sede, paga aluguel.

Depois de ser resolvida a questão do Instituto, emergencial, tem muitas coisas que podem ser resolvidas com essa compra. É uma boa idéia, tem o meu apoio. Eu mesmo, o senhor sabe tinha um projeto da universidade popular de Ponta Grossa. Esse seminário que é patrimônio histórico, um prédio belíssimo, inclusive, mobiliário, biblioteca que tem lá, piscina, campo de futebol, poderia servir no futuro, quem sabe uma parceria entre a Prefeitura, o Governo do Estado e o Governo Federal, como a Universidade Estadual de Ponta Grossa, e outras alternativas que podem surgir, sem dúvida nenhuma.

O senhor tem o meu apoio, tenho o prazer de assinar junto com o senhor o requerimento solicitando ao Governador essa compra.

Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Deputado Péricles, V. Exa. conhece o seminário. Fica aqui a nossa luta a partir de hoje para que o estado dê esse presente à Ponta Grossa. Tenho certeza que se o Governador for lá, ele irá, na hora, autorizar. A cidade merece, a região merece, e os alunos do Instituto merecem um lugar bonito, moderno, pelas dificuldades que eles passaram.

Deixo esse apelo aqui, esse pedido. Tenho certeza que vamos continuar sempre lutando para que isso possa acontecer. Se Deus quiser, se o Governador comprar esse seminário, depois eu narro dois gols do Requião, um de cabeça e um de bicicleta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Comunicado à Mesa, com a palavra o Deputado Ribas Carli.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) (Pela Ordem)

Tenho muita honra em anunciar a todo o estado do Paraná, que nesta Casa de Leis, hoje, se faz presente o tricampeão mundial, paranaense, guarapuavano, Célio Rodrigues, que acaba de chegar da Croácia.

Dirige-se à Mesa para receber os cumprimentos. Pela terceira vez campeão mundial, além de exercer o esporte de luta, incluído em projetos sociais no estado do Paraná, aonde, a exemplo do que hoje já ouvimos aqui, junto ao Deputado Ney Leprevost, inclui, atrai os jovens para o esporte.

Então, com muita honra, de uma maneira inédita recebemos hoje o campeão mundial Célio Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Muito obrigado, realmente a Assembléia sente-se honrada com a presença do Sr. Célio Rodrigues, guarapuavano, campeão, campeão mundial de Muay Thai.

(Procede aos cumprimentos)

(Aplausos)

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Ivo.

Liderança do PT: Deputado Pedro Ivo

O SR. PEDRO IVO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Venho à tribuna para fazer um convite a todos os colegas Deputados, aos órgãos de imprensa, para participar de uma Audiência Pública que estamos realizando

agora, nesta segunda-feira às 9h, no plenarinho da Assembléia Legislativa, que traz um tema de relevância, de um assunto muito importante para a questão principalmente da região sul do estado do Paraná, regiões que preservaram florestas e agricultores que ainda têm florestas em sua propriedade.

Estamos próximos da mata atlântica, no dia 27 de maio será o Dia da Mata Atlântica e está saindo um decreto presidencial que traz algumas mudanças na questão da mata atlântica.

Na região sul do estado do Paraná, que é uma região que ainda preserva florestas, temos municípios que preservam ainda em torno de 60% das suas áreas com florestas nativas. Temos agricultores na região sul do Paraná que têm 90% ou 100%, na sua totalidade, de suas áreas cobertas com florestas nativas.

Com esse decreto, algumas práticas realizadas por esses agricultores nessas florestas se tornam inviáveis. É um problema muito grande, principalmente para a nossa região e principalmente para aqueles que preservaram florestas nativas ao longo do tempo.

Estamos apresentando nessa segunda-feira, propostas realizadas com agricultores, junto com uma equipe técnica, com representantes do Instituto Chico Mendes, com representantes da EMBRAPA Florestas, com representantes do IAP, do IBAMA, são pessoas que fazem parte desses órgãos, não estão representando esses órgãos nesse momento, mas formamos um grupo de estudos a partir dessas pessoas que conhecem a realidade desses agricultores que preservaram florestas e que sentamos já, em várias reuniões, e apresentamos uma proposta para o Ministério do Meio Ambiente que serve como subsídio para esse novo decreto presidencial na questão da floresta nativa.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT) (Aparte)

Acabo de receber a notícia que Marina Silva, do Meio Ambiente, pediu demissão em caráter irrevogável, diz a assessoria do Ministério.

O SR. PEDRO IVO (PT)

Sentamos inúmeras vezes e organizamos uma proposta com essa equipe técnica e estaremos apresentando essa proposta na segunda-feira para os representantes do Ministério do Meio Ambiente. Fizemos o convite para todos os nossos Deputados Federais. O Secretário Rasca Rodrigues já confirmou a presença nessa Audiência e os agricultores vão estar mostrando que é possível ter renda dessa floresta.

Vou dar um exemplo dessa propriedade que é do meu vizinho. Uma propriedade que há três gerações vive da erva-mate. Deixou madeira nessa floresta como sombreamento para a erva-mate, selecionou as espécies mais retas para trabalhar com canela, pinheiro, bracatinga, vassourão e que com a proibição do corte da floresta nativa, esse bosque foi amadurecendo e as árvores nova dessa floresta eles estão cortando, porque não é possível deixar que o sombreamento passe a ser excessivo.

O que precisa acontecer é que essas propriedades, que tem um histórico de preservação, que vivem da erva-mate, da bracatinga, enfim, que possa se permitir a essas propriedades que a partir de uma certificação que está sendo proposta para o Ministério do Meio Ambiente, uma certificação com a participação dos agricultores, com a participação dos órgãos ambientais, se credencie essa propriedade e se dê um selo, como se fosse um selo verde ou algo parecido, e através de um projeto essa propriedade para retirar inclusive madeira dessa floresta, porque não é crime nenhum. Se você tem uma araucária de porte grande, madura, e tem a possibilidade de deixar uma araucária nova vir nesse lugar, por que não permitir a extração dessa madeira para quem está há três gerações vivendo da erva-mate sombreada? Por que não também, de vez em quando, retirar uma madeira?

Concedo um aparte ao Deputado Cheida.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Deputado Pedro Ivo, pedi um aparte primeiro para parabenizar V. Exa. e dar aqui o testemunho de que V. Exa. há muito tempo, vem debatendo sobre essa questão da destinação econômica da renda, comprovando que preservar dá lucro e é a minha opinião a respeito das questões ambientais, quando bem intencionadas e bem direcionadas, também vai nesse caminho. Acredito que V. Exa. está no caminho correto, primeiro abrindo a discussão dentro dessa sua perspectiva na experiência que existe no sul do Paraná, mas isso pode, sem dúvida nenhuma, se estender para o restante do estado e do Brasil, desde que os órgãos ambientais, de fato, possam auscultar a sociedade, porque é muito comum, muitas vezes, a proibição acadêmica do manejo sustentado de uma floresta e isso acaba depondo contra o próprio desenvolvimento da biodiversidade e da própria floresta.

Hoje, a proibição incondicional do corte de araucária está fazendo o efeito inverso, que os paranaenses que têm araucária passem a não gostar mais do pinheiro, até a odiar a árvore símbolo do Paraná, e podemos dizer isso em razão de quantas e quantas histórias que somos testemunhas de cidadãos que hoje pegam o facão e saem de manhã na propriedade caçando broto de araucária, porque a impossibilidade do manejo, que faz parte até da cultura do paranaense, está proibida.

Então, acho que essa sua discussão abre um campo novo para que possamos discutir. Louvo a seriedade com que V. Exa. trata o assunto e tenho certeza absoluta que a contribuição será inestimável para o Paraná. Quem sabe o exemplo aqui possa se tornar exemplo também para o resto do Brasil.

O SR. PEDRO IVO (PT)

Agradeço a contribuição, Deputado Cheida.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni, que também conhece muito bem essa realidade.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Pedro Ivo, primeiro cumprimentá-lo pelo pronunciamento lúcido, tranqüilo e além de tudo com conhecimento da realidade. Se eu fizesse esse pronunciamento que V. Exa. está fazendo, talvez poderia vir aqui o carimbo de quem trabalha com madeira - V. Exa. conhece a minha atividade e só trabalho com madeira reflorestada. Mas disse, com propriedade, o Deputado Cheida, que se não tivermos uma política de manejo, o pequeno agricultor está saindo com a foice na mão, porque se ele deixar crescer uma araucária na sua propriedade, amanhã essa propriedade não poderá mais ser usada economicamente.

Então, o que há de se ter é uma política ambiental correta e o Paraná caminha muito bem nisso, mas também devemos ter autorização. Temos casos que o agricultor está com a casa caindo e não pode retirar uma araucária para recuperar a sua residência. Será que não é melhor ele plantar 10 araucárias e retirar aquela adulta e melhorar a sua casa para cuidar da sua família?

Mas, infelizmente, hoje o medo e o temor dos órgãos ambientais são tantos e são tamanhos que não sei onde vamos chegar se não chegarmos em um ponto de equilíbrio entre o que é correto e o que é necessário.

Cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento!

O SR. PEDRO IVO (PT)

Agradeço o aparte e a contribuição do Deputado Rossoni.

Então, gostaríamos de convidar a todos. É um tema muito quente, é um assunto muito vigente. Estamos aí no dia 27, que é o Dia da Mata Atlântica, e queremos nos antecipar a esse decreto para dar sugestões, com a presença de pessoas do Ministério do Meio Ambiente, com a presença do Rasca, com agricultores mostrando que é possível extrair alguma coisa da floresta sem destruir a floresta, que é o exemplo que eu coloquei agora. E existem inúmeros exemplos que devem estar sendo normatizados a partir dessas experiências e dessas sugestões que estão prontas, que ainda podem ser questionadas, ainda podem ser acrescentadas sugestões e serem encaminhadas ao Ministério do Meio Ambiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PSDB. PDT. Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins**O SR. LUIZ CARLOS MARTINS**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Recentemente, Sr. Presidente, apresentamos aqui ao Plenário desta Casa um requerimento à SANEPAR consultando informações sobre o uso do telefone 115. Fiz esse pedido com base em muitas reclamações que recebemos em nossa gabinete e também na Rádio Banda B, em

nosso programa diário, dos usuários que reclamam ter que pagar a ligação feita à SANEPAR. Quando eu ligo para lá dizendo: olha, está faltando água aqui na minha rua, ou quando eu ligo para lá, Sr. Presidente e digo: olha, tem um cano estourado aqui na minha rua, eu estou pagando esta ligação. Bem, na ocasião eu tive o pronto e imediato apoio dos companheiros Deputados e Deputadas desta Casa, que ajudaram a subscrever esse requerimento. E não posso deixar de comentar aqui alguns tópicos dessa resposta. Vou ler o primeiro parágrafo da resposta da SANEPAR, Deputada Beti: “A SANEPAR não cobra pelo atendimento por meio do telefone 115, sendo que o cliente, ao contatar com a empresa, paga somente pelo serviço de telefonia, diretamente para a operadora, cujo custo varia conforme respectiva operadora e a modalidade contratada”.

Senhores e senhoras, que disparate. Custa-me a acreditar que um homem público, com tanta vivência como o Stênio Jacob, que tem uma história bonita, que é formado em Sociologia, é um homem público, contestado, polêmico, mas ocupa um importante cargo no quadro de executivos do Sr. Governador, como pode um dirigente afirmar que a empresa que preside não cobra pelo atendimento? Não cobra? Mas como pensar numa coisa dessas? Jamais poderia pensar em cobrar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Mas aí responde ao nosso questionamento original, que é o fato do telefone 115 custar ao usuário.

Uma outra pergunta que fizemos à SANEPAR foi qual o valor de ligações feitas no ano de 2007 para o número 115. A resposta é que foram 164 mil ligações por mês. Ou seja, 2 milhões de usuários em 2007 usaram o telefone 115 da SANEPAR, felizmente não foram cobrados pelo Stênio Jacob, mas pagaram à operadora.

Então, fazendo um cálculo aqui, vamos dizer, 2 milhões de ligações, então quando eu ligo para a SANEPAR estou pagando, sim. Vamos dizer que cada ligação dessa custa R\$ 1. São R\$ 2 milhões por ano, quando na verdade eu presto um serviço para a SANEPAR, comunicando problemas da rede de água e de esgoto.

Mas o que me chama a atenção é que o Presidente da SANEPAR nos responde que, se a SANEPAR colocar o 0800, vai ter que colocar o custo no preço da água. Mas a COPEL tem o 0800. Parabéns ao Governo! Quer dizer que esse 0800 da COPEL, o preço está embutido na energia ou não? Lá na TVE e na Rádio Educativa tem 0800. Lá o ouvinte não paga a ligação. E na SANEPAR, que é utilidade pública pura, não tem o 0800. Aí, quem nos assiste nesse momento pode estar perguntando: “Por que os senhores não apresentam um projeto nesse sentido?” Não temos essa prerrogativa. O Governador Roberto Requião vai vetar, como sempre veta.

Mas faço um apelo à Liderança do Governo e ao Governador Roberto Requião, para que coloque o 0800 na SANEPAR, é utilidade pública. Não pode cobrar do usuário. Ou então, tira o 0800 da TVE, da Rádio Educativa,

que é paga com o dinheiro do povo. É fácil você fazer média desse jeito. É fácil prestar serviço com o dinheiro do outro.

É o caso do funcionalismo público. Hoje vamos discutir os 5%. Estamos propondo 15%, 19% e vão começar a dizer que é politicagem, demagogia. Não é, não! Estamos aqui para falar aquilo que o povo não pode falar, e que nos elegeram para isso, principalmente o funcionalismo público que, muitas vezes, sofre represálias.

Faço um apelo ao Presidente da SANEPAR, ao Conselho da SANEPAR, ao Governador Roberto Requião, para que instale o 0800 na SANEPAR. A COPEL já tem. A TVE já tem. A Rádio Educativa tem. A SANEPAR não tem. São 2 milhões de ligações por ano. São R\$ 2 milhões. Quantas casas daria para construir com 2 milhões? Com 2 milhões daria para construir quantas casas populares, Deputado Marcelo Rangel?

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Muitas, Deputado.

Parabéns pelo seu pronunciamento. É uma luta dos Parlamentares, dos Deputados, do senhor. há muito tempo, e é legítima porque os paranaenses precisam ligar para a SANEPAR, a qualquer momento, pelo 0800. Fizemos aqui na Assembléia um pedido de informações, através de um requerimento, solicitando a abertura da caixa preta da SANEPAR para saber quanto é o lucro da SANEPAR no estado. Sabemos que a SANEPAR é uma empresa lucrativa. Se é lucrativa, por que até hoje não implantaram esse 0800? É isso que fico pensando. O senhor está fazendo um pronunciamento coberto de razão.

Meus parabéns e tem total apoio.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Obrigado, Deputado Marcelo.

Fizemos o levantamento. Cada casa popular fica em torno de R\$ 20 mil. Daria para construir 100 casas para em torno de 500 pessoas. Que maravilha, não é? Então, é um apelo que fazemos para que o Governo instale o 0800 na SANEPAR. É um pedido do povo e estamos sendo porta-voz deste povo que, muitas vezes, não tem voz.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Bloco PPS/PMN. Com a palavra o Sr. Deputado Douglas Fabrício, pelo tempo regimental de 10 minutos.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Deputada Cida Borghetti, que preside os trabalhos nesta tarde, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, demais presentes, nesta tarde, aqui na Assembléia Legislativa.

Inicialmente, gostaria de comentar um assunto. Ontem, ouvi atentamente o discurso do Deputado Jocelito Canto, e hoje novamente. Ele tem uma belíssima criatividade, Deputado Marcelo Rangel. Como é do rádio e tem criatividade, às vezes, ele imagina que está no rádio quando está na tribuna. É um direito que ele tem. Ele falava sobre o PPS e sobre o Presidente Estadual do PPS. Ontem, ele disse que o Presidente disputou algumas eleições e não se elegeu. Eu fiquei imaginando: será que as pessoas têm que disputar as eleições e se eleger obrigatoriamente? São obrigadas a se eleger? Ou a eleição é um momento para levar uma proposta e deixar que a população avalie esta proposta?

Disputei três eleições. A primeira eleição que disputei foi para Deputado Federal. Deputado Marcelo Rangel, Deputado Pastor Edson, eu não sabia nem pedir voto, no sentido de sair pedindo voto, não tinha habilidade política para pedir voto. Saí com o coração aberto pedindo para as pessoas porque precisávamos melhorar a política. Deu 20 mil e poucos votos na primeira eleição. Uma eleição difícil. Fiquei de suplente a Deputado Federal e não consegui assumir porque os que se elegeram continuaram lá. Depois, disputei eleição para Prefeito de Campo Mourão: 19 mil 359 votos. Campo Mourão tem pouco mais de 60 mil eleitores. Tinha quatro candidatos. Quem fixou em 1º lugar foi o Prefeito de Campo Mourão atual: Nelson Tureck, que é do PMDB. Ele 19 mil 640 votos. Diferença de 281 votos.

Depois, disputei a eleição para Deputado Estadual e foi esta que, graças a Deus e à população, consegui os votos necessários para estar aqui. Não critico nenhum que fez um voto a mais e muito menos um que fez um voto a menos, porque aqui dentro todo mundo tem um voto, todo mundo é igual. Pode ser que um tenha feito mais votos, outros tenham feito menos votos, mas todo mundo é igual e cada um tem uma forma de pensar.

Então, quando ouço o Deputado Jocelito Canto firmar algumas críticas ao PPS, me parece que ele está preocupado com eleição de Ponta Grossa, Deputado Marcelo Rangel, porque sei que o PPS vai ser vitorioso na cidade de Ponta Grossa. E me parece que é isso o que ele está querendo dizer, porque criticar uma pessoa que não está aqui para se defender e que foi candidato a Deputado Estadual, caso do Rubens Bueno, já se elegeu Deputado Estadual por duas vezes, se elegeu Deputado Federal por duas vezes, se elegeu Prefeito de Campo Mourão - aliás, uma das melhores administrações de Campo Mourão - foi Diretor da Itaipu Binacional, foi Secretário de Estado, tem uma vida pública e que a população conhece. Rubens Bueno foi candidato à Prefeitura de Curitiba, tinha um minuto e 27 segundos para tempo de televisão. Grande capital, capital onde o tempo de televisão influencia muito no processo eleitoral. Com esse tempo ele passou dos 20% na eleição. Isso ainda que o IBOPE divulgou na véspera que o percentual que ele tinha era apenas 14%. E na verdade ele tinha muito mais do que isso.

Por que venho colocar isso usando o horário do PPS? Porque às vezes ouvimos políticos falarem as coisas, não sei se falam para aparecer ou no intuito de ofender alguém. Deixar isso registrado.

Vou ceder um aparte ao Deputado Edgar Bueno, grande Líder do PDT aqui nesta Casa.

O Sr. Edgar Bueno (PDT)

Deputado Douglas, na verdade quero contribuir com o seu comentário e registrar aqui que, na verdade, o Deputado Jocelito cometeu uma injustiça, porque ele também já perdeu eleição. Não é pecado perder eleições. E quando você tem uma campanha para Prefeito, uma cidade como Cascavel tem quase 500 candidatos para 14 vagas, então, todos os demais são pecadores? Todos os demais erraram? Não! É que existe uma vaga só para Prefeito, uma vaga só para vice e dependendo da cidade 9, 14, 21, 36 e lógico que muito mais do que os que se elegem são pecadores. Na Assembléia Legislativa temos 54 vagas, mas muito mais de 500 pessoas vão pleitear uma vaga. Na verdade esses comentários não trazem nenhuma contribuição, porque a própria população sabe disso. O ex-Deputado, ex-Prefeito Rubens Bueno, hoje Presidente do PPS, é um grande Líder. Hoje, se sair candidato a Prefeito em Curitiba, com certeza não fará menos que 20%. É uma liderança consolidada e se não teve a sorte de ganhar as últimas que disputou, já teve outras vitórias no passado.

V. Exa. está correto, tem que corrigir esse tipo de comentário, tem que fortalecer a verdade e estabelecer aquilo que o público que nos vê possa estar compreendendo, que não é pecado nenhum perder eleições.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado Edgar Bueno.

Um aparte ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Nobre Deputado Douglas Fabrício, parabéns pela serenidade do pronunciamento. Parabenizar o PPS pela atuação de V. Exa., do Deputado Marcelo Rangel e especialmente lamentar esse ataque, até gratuito, ao grande Líder Rubens Bueno. Nossa solidariedade ao Rubens Bueno, que é uma pessoa nascida em Sertãoópolis, perto da minha Londrina. Muito mais do que ser nosso vizinho, é vermelho, ele é um grande Líder, cheio de ideais e que tem que ser respeitado.

Gostaria de lembrar que o filho de um modesto lenhador se candidatou várias vezes a Senador Estadual. Nos Estados Unidos tem Senador Estadual, que é igual a ser Deputado Estadual aqui no Brasil. E ele perdeu várias eleições para Senador Estadual e se elegeu Presidente como um dos maiores vultos da história mundial, o grande Abraham Lincoln.

Então, o nosso respeito ao grande Líder, Rubens Bueno.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Agradeço o aparte do Deputado Antonio Belinati e também do Deputado Edgar Bueno.

Fiz questão de usar este horário do PPS para explicar à população que às vezes, de repente, na ânsia daqueles que têm habilidade com o microfone, porque faz programa de rádio e conversa com a população, traz uma informação às vezes distorcida. Pode, sem dúvida alguma, todos nós temos o direito de falar o que quisermos. Mas, naturalmente, quando falamos o que queremos, podemos ouvir o que não queremos.

Por isso quero deixar este registro e destacar que o próprio PPS, quando veio o então Deputado Federal Rubens Bueno para o PPS, na época, tínhamos apenas meia dúzia de Vereadores no partido. Hoje tem diversos Prefeitos, diversos Vereadores e o PPS instalado em praticamente quase todos os municípios do Paraná e com candidaturas fortes em diversos municípios. Dentre os 70 principais municípios que representam 80% do eleitorado na maioria deles, claro que agora numa conversa com os demais partidos - estamos conversando com o PDT em nível municipal para se estabelecer uma boa conversa nesses municípios, PDT, PSDB, Democratas e PSB, e também aberta a outros partidos, para que possamos fazer uma aliança pensando na boa política, porque às vezes perder eleição é o melhor remédio para a população perceber também que precisa mudar, como já foi o caso aqui no Paraná. Tivemos exemplos disso. E agora a população já percebe. Eu converso com várias pessoas do Paraná sobre o resultado da última eleição para Governador e tem muita gente que se arrependeu. Tem muita gente, viu, Deputado Mauro Moraes, V. Exa. que hoje passou por um papelão bonito nesta Casa.

Amanhã vou falar sobre a situação de projetos nesta Casa e que às vezes o Governo tem algumas manobras para que o projeto não vá adiante ou manobras para retirar o projeto.

Então, amanhã quero voltar a falar disso.

Mas hoje eu quis deixar claro este registro, em nome do PPS, em nome do nosso Líder, Rubens Bueno, para que possamos restabelecer, como diz o Deputado Edgar Bueno, restabelecer a verdade e que as pessoas que fazem a boa política têm que ser respeitadas neste país.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Bloco PSB/PRB/PV.

(Declinam)

Bloco PP, com a palavra o Deputado Antonio Belinati, por 10 minutos.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente, essa grande liderança de Maringá, Deputada Cida Borghetti, uma das mulheres

mais expoentes do nosso Paraná, nobres colegas, Deputadas, Deputada Rosane, comitê de imprensa, visitantes, Deputada Beti Pavin, aqui só tem mulher forte e todas elas com grande credencial, com grande potencial de votos. É a Luciana Rafagnin, é a Beti, é a Rosane, é a Cida Borghetti.

Sra. Presidente Cida Borghetti, faz muitos anos que ligo o rádio, abro o jornal, ligo a televisão e tem anúncio de casas comerciais: liquidação, 30%, 50% de desconto, e de vez em quando vemos tanta mentira nessas liquidações, que o preço não baixou coisa nenhuma, porque a liquidação é mais para liquidar com o freguês. A queima é para queimar o bolso do cliente. Quanta mentira! O que tem de comerciante cara-de-pau!

Nosso louvor, nossa homenagem aos comerciantes decentes, mas o que tem de empresário cara-de-pau, que mente tão descaradamente, que está vendendo abaixo do custo, mas o que é, está fazendo milagre, está pondo dinheiro do bolso? Compra por 500 e vende por 400, mentira! O bom empresário, naturalmente prima por uma propaganda decente, digna, jamais uma propaganda fajuta, uma propaganda mentirosa. Agora, o que sempre ouvimos na propaganda é que nenhuma mercadoria sobe de preço, está sempre baixando, e o que baixa mesmo é uma grande parte do povo que acaba morrendo, às vezes até morre antes do tempo, porque faz dívida, fica devendo, fica doente e muitas vezes por causa da dívida tem que tomar remédio e perde muitas noites de sono. Uma propaganda sadia é importante.

E não é da propaganda do comerciante, do bom ou do mau empresário que eu quero falar, o Governador Roberto Requião, há pouco tempo falou que não ia dar dinheiro nenhum para rádio, jornal, TV, nada, e fez até um desafio que continuassem batendo nele, porque dinheiro do Governo ele não daria. O que vejo hoje é que o Governador Roberto Requião mudou de idéia. Neste momento o Governador está abrindo concorrência, licitando e vai gastar do dinheiro do povo, dos cofres públicos do Paraná, mais de R\$ 40 milhões em propaganda. Com isso, evidentemente vai ganhar uma grande promoção na mídia. Inegavelmente, a mídia é poderosa. Não somos contra que o Governador faça a promoção do seu Governo, seria aqui uma cretinice dizer: "Não gaste nada em publicidade." Mas o Governador, será que não seria conveniente, quem sabe cortar pela metade esse gasto e aplicar? Bom, 40 e poucos milhões, o que daria para fazer? Quantas mil casas populares, gerar uma indústria para gerar aí 4,5 mil empregos, o próprio Governo montar uns galpões para gerar emprego para o povo. Daria para construir um grande hospital regional para salvar a vida de quem está doente. O que mais daria para fazer? Daria para investir na Segurança Pública e daria também para o Governador Requião continuar se promovendo na mídia, fazendo a promoção do seu Governo, mas pela metade, pelo amor de Deus! Quarenta e poucos milhões, corta pela metade, só 20 e poucos! Os outros 20 e poucos invista num outro setor: o funcionalismo! Porque este

aumento que está vindo aqui é um absurdo, é até uma humilhação para o funcionalismo um aumento tão pobre, tão insignificante, tão pequeno!

Então, dito isto, minha gente, exatamente neste momento em que vamos votar hoje o projeto de aumento do funcionalismo, temos uma emenda, nós Deputados da Oposição, para que ao invés de 5% passe pelo menos para 15% esse aumento e ainda não é nada! Não temos o dom da profecia, mas não temos dúvida que vamos ser massacrados aqui pela Bancada do Governo. A emenda da nossa Bancada, da Oposição, creio que infelizmente não vai ser aprovada. Agora, dinheiro, dinheiro o Governo tem, porque para estar licitando mais de R\$ 40 milhões em propaganda, a melhor propaganda para um Governo é pagar bem o seu servidor, é cuidar bem da saúde do povo, com remédio, hospital, cuidar da segurança do povo, cuidar dos municípios, acima de tudo lembrando que o funcionalismo público do Paraná está com seu salário defasado há muitos anos. Se fosse aplicar, ao pé da letra, a correção para dar ao funcionalismo um padrão de vida mínimo, compatível com a necessidade que uma família tem, esse salário teria que estar sendo corrigido aí, no mínimo em 30%!

Então, Srs. Deputados, Sras. Deputadas que apóiam o Governador Requião, não esqueçam, hoje, está na imprensa de hoje, o Governador vai gastar dos cofres públicos do Paraná mais de R\$ 40 milhões em propaganda. Para que tanta propaganda? Aplique apenas a metade. O Governador dê ao laborioso funcionalismo público do Paraná, essa gente laboriosa que trabalha com garra, com amor, com paixão pelo trabalho que desenvolve, dê a essa gente, Governador, o salário justo que eles têm direito. Basta gastar um pouco menos desses muitos milhões que o Governador vai investir a partir de agora em promoção.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança da Oposição.

(Declina)

Liderança do Governo

(Declina)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 112/08, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado que as delegacias permaneçam abertas nos finais de semana e feriados. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 113/08, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente, sugerindo ao Sr.

Governador do Estado a reativação e implantação dos módulos policiais nos 75 bairros de Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 114/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de terreno para regularização e pavimentação de rua de acesso à creche no município de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 115/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Secretário de Estado da Saúde e à Sra. Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que equiparem a remuneração dos Diretores dos hospitais universitários aos demais Diretores de unidades hospitalares de porte I, conforme recente proposta deste Governo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Memorando, de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente, comunicando que está inaugurando, no dia de hoje (13/05/08), o Sistema de Pesquisa Legislativa em sua página da internet. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori e da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida e Teruo Kato, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1165, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, solicitando que seja marcada Sessão Extraordinária para logo após o término da Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Esta presidência solicita dos Srs. Deputados um minuto de atenção para um comunicado de extrema importância, hoje 13 de maio de 2008.

(Lê):

“A Assembléia Legislativa do Paraná está inaugurando, no dia de hoje, o sistema de Pesquisa Legislativa, em sua página da internet.

A partir de agora, em qualquer parte do mundo, será possível consultar a tramitação das proposições apresentadas na 16ª Legislatura e a legislação estadual.

Esse sistema de pesquisa abrangerá, futuramente todas as legislaturas a partir de 1947.

O sistema de Pesquisa Legislativa poderá ser acessado no link ‘Atividades Parlamentares’, no site da Assembléia Legislativa www.alep.pr.gov.br.

Foi um trabalho maravilhoso realizado por servidores da Assembléia, concretizando um antigo sonho do nosso Poder Legislativo.”

Portanto, peço a todas as senhoras e a todos os senhores, que rendamos todas as homenagens a um corpo de funcionários da Casa que, silenciosamente, trabalhou durante quase dois anos para que esse projeto ficasse pronto e que pudéssemos dar essa contribuição para toda sociedade. A isso chamo transparência, a isso chamo modernidade, a isso chamo de ética.

Por essa razão, quero render as minhas homenagens ao Bibinho - nosso Diretor Geral; uma homenagem muito especial ao Severo, que está aqui nesta Sessão, hoje, que o seu telefone vai parar de tocar. Já está tocando menos, mas agora, não vai tocar mais o telefone do Severo para saber como é que está o seu projeto, onde é que anda aquele projeto. Qualquer um de dentro do seu carro, hoje, com o seu telefone celular, pode saber como está a situação deste ou daquele projeto em tramitação nesta Casa.

As nossas homenagens a Maria Henrique da Silva de Paula, que foi a Coordenadora da Comissão; Marcos Luiz Silveira, CPD; ao Cristian Ferraz Fernandes; Giancarlo Ricetti Cleto; Cleuza Helena Ferreira Muller; Valdete Mendes; Silsso Corso; André Gustavo e Tavares Kutianski.

Vocês nos servem de exemplo e de orgulho. Muito obrigado, em nome de todos os Deputados aqui desta Casa. Tenho certeza que o nosso Líder maior, Deputado Aníbal Khury, que é o nome deste plenário, está orgulhoso de vocês hoje, por ver que efetivamente a nossa Casa caminha a passos muito fortes e firmes para a modernidade.

Graças a vocês avançamos, e muito. E não tenho aqui o abrigo de poucas palavras mais eficientes, nem mais eficazes, que possam demonstrar aquilo que todos sentimos neste momento, que não, muito obrigado!

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Pela Ordem)

Só queria fazer o registro, parabenizar a V. Exa. e a toda a Mesa Executiva por mais essa iniciativa, bem como os funcionários como V. Exa. citou e rememorar os avanços de V. Exa. nessa ação da Assembléia. O painel eletrônico que funciona muito bem e que às vezes muitas pessoas criticaram, mas que é um avanço para a Assembléia. A nossa TV SINAL, que hoje muitas pessoas ficam sabendo o que está acontecendo aqui nesta Casa, ao vivo, pela TV SINAL, que é uma conquista dessa administração da Assembléia Legislativa e de todos, principalmente dos paranaenses.

Parabéns a V. Exa. por mais esse avanço que traz hoje os projetos na internet, etc., realmente mostrando que esta Casa caminha a passos largos pela transparência e é pautada pela Casa, não por aqueles que, de repente, ainda não está funcionando a TV laranja.

Discussão/Votação

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 828/07, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 623/07, que dispõe sobre a reestruturação do plano de cargos e carreiras dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM EMENDAS DE PLENÁRIO, COM PARECER DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 858/07
VOTO DE MINERVA

P A R E C E R :

Na qualidade de Presidente dessa Comissão, em virtude do empate na votação das presentes emendas, apresento-me para oferecer o voto de decisão - o qual, conforme pretendido por essa Comissão, vincula-se estritamente à análise legal, constitucional e infraconstitucional da norma jurídica que encontra-se em pauta hoje.

O Projeto de Lei nº 828/07, apresentado pelo Tribunal de Contas do Estado, tem por objetivo a reestruturação do Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça em 29/04/08, com uma emenda substitutiva geral apresentada pelo seu Relator, o Deputado Nereu Moura. Encaminhado ao Plenário desta Casa, recebeu 14 (quatorze) emendas, voltando a esta Comissão para apreciação.

Do exame da constitucionalidade e legalidade de todas as emendas apresentadas, concluo pelo acompanhamento do voto do Relator.

Sala das Comissões, em 13/05/08.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Carlos Simões, Francisco Bühner, Luiz Claudio Romanelli e Artagão Júnior.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 828/07

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Contas, dispõe sobre a reestruturação do plano de cargos e carreiras dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça em

29/04/08, com uma emenda substitutiva geral apresentada pelo seu Relator, o Deputado Nereu Moura. Encaminhado ao Plenário desta Casa, recebeu 14 (quatorze) emendas, voltando a esta Comissão para apreciação.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável às Emendas de nºs 05, 07 e 08, portanto, contrário às Emendas de nºs 01, 02, 03, 04, 06, 09, 10, 11, 12, 13 e 14.

Sala das Comissões, em 13/05/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

Apoiamento:

Waldyr Pugliesi, Carlos Simões, Francisco Bühner, Luiz Claudio Romanelli e 1 ilegível.

Em votação o projeto, na forma do substitutivo. Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Quero fazer uma consulta a V. Exas.: temos 14 emendas e três delas, as Emendas nºs 05, 07 e a 08 receberam parecer favorável. Consulto a V. Exas. se podemos votar essas três emendas em bloco e as outras como V. Exas. acordarem. Está bem?

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Acho que V. Exa. pode votar em bloco.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Portanto, as Emendas que receberam parecer favorável da CCJ de nºs 05, 07 e 08.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma questão de ordem.

(Assentimento)

Gostaria de dar o encaminhamento na votação das emendas, porque apresentei as Emendas de nºs 09, 10, 11, 12 e 13, que receberam parecer contrário do Relator. Gostaria de encaminhá-las, porque se apresentei é porque estou convencido que elas são pertinentes.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A minha consulta é no seguinte sentido: inicialmente, votaríamos em bloco as emendas que foram aprovadas pela CJ, as Emendas de nºs 05, 07 e 08 e depois, sim, encaminha-se as outras emendas.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Aqui na Ordem do Dia não estou encontrando a numeração das emendas. Só gostaria de saber o que significam essas emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Mas então numeradas as emendas.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Estão numeradas, mas a numeração, não está em cima o autor das emendas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

As emendas que receberam parecer favorável, naturalmente, V. Exa. tem conhecimento, porque participou da CCJ de hoje.

Então, a Emenda nº 05, de autoria do Deputado Edson Strapasson, a Emenda nº 07, de autoria do Deputado Edson Strapasson, e a Emenda nº 08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, receberam pareceres favoráveis. Então, são essas as emendas que coloco em votação neste instante.

Está em discussão. Em votação as três emendas. **Aprovadas.**

Agora, sim, as emendas que foram rejeitadas pela CCJ.

O Deputado Tadeu Veneri é autor das Emendas de nºs 01, 02 e 03. V. Exa. pretende encaminhá-las?

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só queria saber de V. Exa. e talvez do Deputado Rossoni se vamos proceder a votação em bloco das emendas do Deputado Tadeu e posteriormente das emendas do Deputado Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Exatamente. O Deputado Tadeu Veneri encaminhará as suas emendas e depois vamos votá-las.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, tenho uma dúvida, porque o Deputado Rossoni tem cinco emendas e se o prazo para encaminhar for os cinco minutos para as cinco emendas, não há como encaminhar. Tenho três emendas e pergunto a V. Exa. se terei para cada emenda o prazo determinado pelo Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. V. Exa. tem três emendas, logo, tem 15 minutos.

O SR. TADEU VENERI (PT)

V. Exa. vai proceder à votação de todas as emendas ao término ou procederá à votação de emenda por emenda?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Tão logo V. Exa. encaminhe as suas emendas, nós as votaremos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, por 15 minutos para encaminhar suas três emendas, o Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT) **(Para Encaminhar)**

Srs. Deputados. Vou fazer um encaminhamento um pouco diferente do que está nesta ordem de emendas. Quero começar encaminhando uma emenda, que é a Emenda nº 04, que é justamente a emenda que no parágrafo único do artigo 31, do projeto, passa com a nossa emenda a vigorar com a seguinte redação: “Fica vedada a cessão ou colocação a disposição dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para entidades da iniciativa privada, exceto para o sindicato de classe nos termos da legislação vigente”. Por que apresentei essa emenda? Porque quando fizemos a Audiência Pública, quando o Deputado Presidente da CCJ fez a Audiência Pública, a primeira coisa que levantamos foi isso. Veja: o Tribunal está fazendo um novo regulamento interno que prevê a liberação de dirigente sindical, diferente do que diz a lei. Por que a lei não determina que seja um dirigente a lei determina por acordo. E o Tribunal está colocando de uma forma equivocada. Na hora nos foi dito o seguinte: “Não há problema, isso aqui podemos acertar”. Inclusive o Deputado Alexandre Curi estava junto comigo e falou: “Isso aqui podemos acertar”.

Não sei exatamente se foi porque apresentamos outras emendas ou não. Acredito que não. É que essa emenda foi dada como inconstitucional. Na verdade não há inconstitucionalidade, Sr. Presidente, porque a emenda pretende trazer para o corpo do projeto aquilo que já determina a lei estadual com relação à liberação dos dirigentes sindicais. Foi-me solicitado e inclusive o sindicato solicitou que apresentássemos outras emendas, disse a eles que não iria apresentar outras emendas porque tinha o entendimento - emendas com relação à progressão de sete anos, que inclusive V. Exa., na sequência, apresentou, e outros Deputados apresentaram, mas que tinha o entendimento de que o que eu havia me comprometido com relação ao SINDICONTAS se referia, especificamente, a essa liberação de dirigente. Para que não tenhamos, num outro período, apenas um dirigente sindical liberado quando, hoje, temos dois liberados. Ou seja: reduzimos de dois para um. Acho que esse processo se dá em mesa de negociação e não pode estar estabelecido num Regimento Interno. Seria como se disséssemos, Sr. Presidente, que, por exemplo, a APP tenha cinco, seis, oito, dez ou um liberado e que ao invés de se dar por acordo o Governador, se desse no corpo de uma lei. E aí, independente se serem 30 mil filiados ou terem 30 filiados, eles teriam o mesmo número de liberados, fossem 100, fossem 50, fossem um.

Então, há um equívoco neste artigo e por isso mesmo fizemos uma emenda para corrigí-lo. Ela não foi acatada, obviamente, e peço aos Srs. Deputados, às Sras. Deputadas, àqueles que receberam, inclusive, tanto do Sindicato do Tribunal de Contas como de outros sindicatos; o Fórum dos Servidores Públicos Estaduais que está aqui, obviamente, para acompanhar a próxima votação,

mas está presente. O SINDICONTAS faz parte do Fórum dos Trabalhadores do Estado do Paraná, que representa os 220 mil trabalhadores do estado do Paraná. Para que não tenhamos um processo de engessamento é que fizemos esse pedido.

Não quero crer que o parecer foi dado contrário porque apresentamos outras emendas. Acredito que não, acredito que foi dado por outra razão. Mas, me parece equivocado, porque não há inconstitucionalidade em você dizer que o novo Regimento, regulamento, a nova forma que vai reger o Tribunal de Contas tem que estar de acordo com a lei. Ora, isso é óbvio! É tão óbvio que, talvez, nem devesse estar aqui. E não estaria se não tivéssemos tido aquele parágrafo que diz que será liberado, um dirigente para o sindicato.

Então, me parece que esta semana deve ser aprovada, em Plenário, sem maiores preocupações, até porque ela não mexe com nenhum dos temas polêmicos, ela apenas regulamenta a liberação de dirigentes sindicais conforme determina a lei. Até porque vamos ser bastante objetivos, é possível e não estou dizendo que isso vá acontecer, mas é possível que o próprio sindicato, sentindo-se de alguma forma prejudicado, recorra, e legalmente tenha a possibilidade ou não, mas a possibilidade de discutir judicialmente as suas liberações. Se vai fazer ou não, acho que compete ao sindicato. Mas este foi o teor da terceira emenda que apresentamos.

Acredito que essas duas outras emendas entram num assunto que é polêmico. Por que é polêmico? Uma porque nós aditamos, como falei, depois de lermos detalhadamente o projeto e não o substitutivo, porque o substitutivo manteve alguns dos pontos que, no meu entendimento, tornam o projeto inconstitucional. Quando colocamos uma emenda supressiva: suprima-se o artigo 33 do projeto de lei, é porque o artigo 33 é aquele que diz que você pode ocupar cargos independente de ter sido aprovado em concurso público para aquele cargo. É absolutamente inconstitucional, Srs. Deputados! É absolutamente inconstitucional que alguém entre como copeiro e por abrir uma vaga de engenheiro no Tribunal de Contas ele possa assumir como engenheiro.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná tem negado, dando parecer contrário às contas das prefeituras, porque as prefeituras adotam esse mecanismo. E quando adotam, o Tribunal de Contas nega suas contas. Como é que o Tribunal de Contas, que nega aos Prefeitos - Deputado Jocelito Canto, que por diversas vezes veio a esta tribuna para se referir especificamente a isso - como que o Tribunal de Contas, que nega aos Prefeitos, que faz esse tipo de promoção, pode internamente aceitar esse tipo de ascensão? Não dá, Srs. Deputados, não dá! Por mais que quiséssemos, a lei não permite. Nós fazemos, aqui, um mandato temporário e somos regidos por uma lei permanente que se chama Constituição Federal. E ela, em seu artigo 37, diz que a investidura em cargo público se dá por concurso. Não há como

fazer mágica! Podemos até não aprovar a emenda. Hoje, na CCJ, houve o entendimento que não fosse aprovada. Não foi! Mas ela cai na primeira ADIN, ela cai quando o Governador tiver que sancionar esse projeto. O Governador é um homem que tem um mínimo de coerência nos seus atos e, neste caso, terá muito mais coerência, porque não pode concordar com um ato absolutamente inconstitucional.

Da mesma forma que argumentamos, não entendo exatamente e não participei da Audiência Pública, mas não entendo como na Audiência Pública isso não foi levantado! Deve ter passado batido, porque haviam muitos projetos para serem discutidos, não sei exatamente. Mas estou aqui colocando minha opinião e meu ponto de vista, que pode estar equivocado, mas neste caso, dificilmente serei convencido disso, porque estou convencido pela Constituição. Não sei como que quem organizou esse texto, esse conteúdo, não se apercebeu que a Constituição, simplesmente, impede que você tenha o Tadeu Veneri assumindo como auxiliar de datilógrafo e depois aposentar-se como engenheiro. Não tem como! É absolutamente inconstitucional! Assim como é inconstitucional você dizer que se, por conta de um mecanismo jurídico, num determinado momento você retorna à sua função de origem, ou seja, você não exerce mais o cargo ao qual estava naquele momento exercendo e retorna à sua função de origem, por força de uma medida judicial, você continua recebendo como se estivesse exercendo aquela outra função. Era como se os nossos funcionários da Assembléia estivessem num determinado cargo, fossem promovidos porque fizeram curso superior, Deputado Dobrandino, e lá pelas tantas entendessem que não era possível que mantivessem os cursos, retornassem ao cargo de origem, mantendo os vencimentos percebidos durante aquele período, e mais ainda, continuar recebendo. Era como se um motorista recebesse como um engenheiro, como um médico, ou como um consultor. Não dá.

Então, quando coloco essas preocupações, por isso ontem apresentei as emendas, não é absolutamente questionado o parecer do Deputado Nereu Moura, mas lembrando que o parecer do Deputado Nereu Moura acata algumas emendas, rejeita outras, e infelizmente as emendas que estão sendo rejeitadas, não só essas como outras emendas também, são as emendas que poderiam, ou poderão, se os Deputados entenderem aqui, corrigir um erro de origem que não trará dissabores para nós da Assembléia Legislativa e para o Tribunal.

E eu lembro mais, que não estou nem entrando no mérito, Deputados, das outras emendas, obviamente porque outros Deputados, como o Deputado Valdir Rossoni, vão aqui fazer defesa, mas não dá para, no projeto, dizer que as pessoas que não estão no Tribunal, que estão cedidas a outro órgão, não contam tempo de serviço. Não dá, porque isso inviabiliza.

Não quis fazer aqui, Deputado Rossoni, a discussão sobre o último nível de carreira, porque acho que é opcional. O funcionário que chega aos 30 anos e se porventura não concluiu no último nível a sua carreira dentro do Tribunal, ele pode ficar mais tempo. Se isso é justo ou não, é outra discussão, mas que ele é correto, do ponto de vista jurídico, entendo que é correto. Agora, as duas colocações que faço aqui, independente do sindicato, porque acho que o sindicato é muito mais uma questão de entendimento do que qualquer outra coisa, até porque havia a compreensão que não teria problema nenhum em acatá-la. Espero que não tenha sido o fato de apresentar outras duas emendas que aquela foi rejeitada, não acredito nisso.

Agora, me parece que aprovar um projeto que sabidamente nós aqui estamos levantando, não só dúvida do ponto de vista jurídico, do ponto de vista constitucional, mas que são à luz do dia, e diversos dos senhores que estão aqui são Juristas, ou estão na área, ou tem assessores da área, sabem que se consultarem qualquer aluno do 1º ano de Direito, ele vai lhes dizer que a Constituição Federal, que é a que rege a todos nós, independente da posição que nós estejamos, Sr. Presidente, pode ser o homem mais poderoso do país, por ser o Presidente da República, ou pode ser o cidadão mais humilde, a obrigação dele é cumprir com a Constituição Federal, a obrigação dele é não buscar caminhos tortuosos para fazer com que a Constituição seja descumprida. E o nosso papel aqui é vigiar para que a Constituição Federal e a Estadual, possam ser cumpridas na íntegra.

Por isso, peço aos Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que possamos trilhar um caminho que não crie, inclusive os Deputados que são da base do Governo nos quais eu me incluo, um constrangimento público para o Governador do Estado, um constrangimento público que fará com que o Governador ou vete o projeto, e criará dissabores para o Governador, ou não vete o projeto e que seja o Governador acusado de omissão por estar descumprindo a Constituição.

Não quero, e os senhores sabem que não sou a pessoa mais indicada para defender o Governador Requião, tem pessoas muito mais capacitadas, qualificadas do que eu para fazê-lo, mas acho que é extremamente comprometedor desta Casa lavar as mãos e passar à frente um projeto que sabe que tem vícios de constitucionalidade. É extremamente complicado quando nós, ao invés de assumirmos a tarefa que nos é dada, de fazer as leis dentro daquilo que determina a Constituição Federal, Estadual simplesmente virarmos para o lado e esperarmos que nas mãos do Governador as coisas se resolvam, ou do Ministério Público. É óbvio que a decisão está nas nossas mãos e espero que seja a decisão, com todo respeito a todos aqueles que elaboram esse projeto, mas que seja a decisão de fazermos com que ele não saia daqui de forma a receber veto ou questionamento de constitucionalidade, até porque, em paralelo, e me socorro nos argumentos utilizados pelo Tribunal de Contas, que todas às vezes

que analisa as contas das Prefeituras, e que, solicitadas promoções internas sem o provimento do concurso público, tem, corretamente, negado.

Se nega para prefeituras extremamente pequenas, não pode permitir a si próprio. Se assim o fizer, estará com dois pesos e duas medidas, numa inconstitucionalidade flagrante e que nos cria uma situação constrangedora.

Muito obrigado!

O SR. ELTON WELTER (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de justificar a ausência da Deputada Luciana Rafagnin que está de atestado médico.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente justificada. Também está ausente o Deputado Osmar Bertoldi, pois encontra-se em Brasília representando os Democratas.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Quero encaminhar contrário a emenda do Deputado Tadeu Veneri, pois esse projeto tramitou por esta Casa por um longo período, desde o ano passado, e o Relator na CCJ, o Deputado Nereu Moura, fez um trabalho extenuante e importante.

Por que estou fundamentando isso? Porque foram realizadas Audiência Pública, mais de uma, para ouvir o corpo técnico do Tribunal de Contas e depois uma Audiência com o Sindicato que congrega os funcionários. Foi feita uma ampla discussão desse tema, no âmbito deste Legislativo. Foi discutido de forma aprofundada.

Respeito os argumentos do Deputado Tadeu Veneri, mas entendo que o nosso país tem, na produção legislativa, uma inovação constante. E, ao mesmo tempo, temos que respeitar o ordenamento constitucional.

O que procura o Tribunal de Contas? É se adequar àquilo que está posto no artigo 37 da nossa Constituição. O Tribunal de Contas tem relações jurídicas de pessoas que já estão há 20, 30 anos trabalhando naquele órgão que presta um grande serviço para a sociedade paranaense, na boa gestão do gasto do dinheiro público.

As emendas do Deputado Tadeu Veneri colocam em risco duas questões: da irredutibilidade dos vencimentos - não podemos correr o risco de reduzir salário - e o segundo: da própria segurança jurídica, da relação trabalhista que ele tem, relação de trabalho que ele tem. Não é bem trabalhista, porque o regime é outro, mas a relação de trabalho que ele mantém com o Tribunal. Então, entendo que os artigos que estão postos e que são questionados pelo nobre Deputado Tadeu Veneri, justamente garantem irredutibilidade e segurança jurídica aos servidores do Tribunal de Contas.

Encaminhamos, a nossa Bancada, que, aliás, é integrada pelo Deputado Tadeu Veneri, a quem muito respeito, mas encaminhamos pela rejeição das emendas, para poder fazer prevalecer esses dois princípios que, na

minha avaliação, são brasileiras nas relações do trabalho e na garantia para os servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Atenção! Srs. Deputados, vamos votar apenas as emendas apresentadas pelo Deputado Tadeu Veneri. As Emendas de n°s 01, 02, 03 e 14. Deputados que forem favoráveis às emendas votarão com a expressão SIM. Os Deputados que forem contrários às quatro emendas votam com a expressão NÃO.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Essas emendas receberam parecer contrário porque daí a votação seria invertida por acaso?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Exatamente. Os contrários à emenda vão votar SIM.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Mas V. Exa. disse os favoráveis à emenda vão votar SIM. V. Exa. anunciou isso.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não, mas como ela é contrária é exatamente isso. Atenção: SIM os favoráveis às emendas do Deputado Tadeu Veneri, contrários ao parecer; NÃO os contrários às emendas.

Votando.

Vai se proceder à apuração: 43 presentes; 37 votos NÃO; cinco votos SIM.

Estão **rejeitadas** as quatro emendas.

Agora, em votação às emendas de autoria do Deputado Edson Strapasson, de n°s 04 e 06. Consulto se o Deputado Edson Strapasson vai encaminhar as duas emendas. Perdão, Deputado Strapasson, as Emendas n°s 04 e 06, ambas receberam parecer contrário da CCJ.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Sr. Presidente, consulto V. Exa. porque a Emenda n° 04 suprime o artigo 31 do substitutivo, que é idêntico à Emenda n° 01, derrubada, do Deputado Tadeu Veneri, onde ele suprime o artigo 33 do projeto. Como houve supressão de artigos, é o mesmo projeto, a mesma emenda. Creio que fica prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está prejudicada realmente. Fica só a Emenda n° 06.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

A Emenda n° 06, na verdade, o que buscamos foi exatamente tornar mais clara a redação, inclusive voltando ao que dizia o projeto original do Tribunal de Contas, que na sua integridade dizia o seguinte o artigo 14: *O enquadramento do servidor no nível e referência,*

conforme Anexo I dar-se-á pelo tempo de serviço prestado exclusivamente ao Tribunal de Contas. Esta é a redação original do projeto.

O substitutivo geral apresentado pela CCJ, pelo Deputado Nereu Moura, tornou a redação da seguinte forma: *O enquadramento do servidor no nível e referência conforme Anexo I, dar-se-á nos níveis e referências atualmente ocupados e será procedido mediante atos do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.*

Propusemos uma emenda que, em tese, restabelece basicamente o que dizia originalmente, que creio é o mais claro, que diz o seguinte: *O enquadramento do servidor no nível e referência no Anexo I dar-se-á nos níveis e referências conforme o valor recebido e será procedido mediante ato do Presidente.*

Na verdade, o objetivo da nossa emenda foi clarear o contido no substitutivo geral em que pedimos, evidentemente, o voto favorável.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, consultei o nobre Relator da matéria, o Deputado Nereu Moura, o entendimento dele, tanto que o relato da Comissão de Justiça é pela rejeição dessas duas emendas. Quero encaminhar a nossa Bancada pela rejeição dessas emendas. Vamos ter que votar com a expressão NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão, vamos proceder à votação da Emenda n° 06, de autoria do Deputado Edson Strapasson.

Os Deputados favoráveis à emenda votam com a expressão SIM; os Deputados contrários votam com a expressão NÃO.

Uma abstenção, 36 NÃO, cinco SIM.

Está **rejeitada** a emenda.

Em discussão as emendas, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, de n°s 09, 10, 11, 12 e 13. V. Exa. tem 25 minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, gostaria de ressaltar aqui aos Srs. Deputados, todos sabem, vou dar encaminhamento aqui às minhas emendas, mas avisar aos Srs. Deputados que depois desta votação teremos a votação do aumento dos servidores públicos e este aumento dos servidores públicos é importantíssimo, porque o Governo dá o aumento, Deputado Praczyk, mas não fixa data.

Uma das emendas, pelo menos, é pertinente, porque entre tantas emendas que há, uma é pertinente, que fixa data para ser dado aumento aos servidores públicos.

Sr. Presidente, já sei o que aconteceu com as minhas emendas: existe um trator muito grande na frente, o obstáculo é transponível e o trator passou.

O que eu lamento, e entreguei a cada Parlamentar, Deputado Tadeu Veneri, por que da apresentação das

minhas emendas, e que sirva este acontecimento, também sirva de um aprendizado a esta Casa de Leis, que todos somos iguais e que não podemos tratar iguais de formas diferentes.

Digo isto por quê? Venho aqui, de maneira certa ou errada, Deputado, cada Deputado tem a justificativa das minhas emendas, venho aqui há mais de 15 dias me reunindo com servidores do Tribunal de Contas que se dizem prejudicados, e é por isso que peço aqui aos Parlamentares que leiam as emendas que eu apresentei, porque setores do Tribunal de Contas vieram conversar comigo. Tiveram o respeito, a paciência de colocar para nós algumas questões que eles se sentiram prejudicados no projeto.

No meu entendimento, achei que eram necessárias as emendas. No entendimento, e agora, procurando aqui dentro da Casa alguém que representasse o Tribunal de Contas, encontrei servidores do Tribunal de Contas que me trouxeram explicações do outro lado das emendas, mas não estou convencido. Estou mais do que convencido que as minhas emendas são pertinentes, resguardam o interesse de uma minoria dentro do Tribunal de Contas. E o Tribunal de Contas - sou inimigo, às vezes, nas minhas atitudes, Deputado Pugliesi, sou afoito, mas sou inimigo da pressa, porque a pressa é inimiga da perfeição - defendi aqui que este projeto hoje poderia ser adiado, porque ele está aqui nesta Casa há muito tempo, poderia ser adiado para segunda-feira, teria o tempo necessário para receber argumentação do contraponto das minhas emendas, que não recebi até horas atrás, e certamente teria convicção do que estaria votando. Mas serve aqui a minha argumentação.

Vejam aqui o que estou argumentando no artigo, as modificações que estou fazendo. No artigo 15, se não for corrigida a redação deste dispositivo, conforme propõe a emenda, os servidores que já estão em vias de se aposentar ou encontram-se no final das respectivas funções, ficarão enquadrados em níveis anteriores ao final das novas carreiras, obrigando-se a trabalhar muitos anos, mais do que o tempo necessário previsto na legislação federal e muitos nem teriam o tempo suficiente para alcançar o final da nova carreira criada por esta lei.

Quer dizer, estou procurando resguardar o interesse de uma minoria que não está sendo contemplada no projeto original. Acho que seria interessante os Parlamentares levarem em consideração e votarem com a Emenda nº 09.

A Emenda nº 10, que muda o artigo 17, através desta emenda o critério de antiguidade para as promoções é aplicado objetivamente, conforme prevê a Constituição no seu artigo 34, sem quaisquer considerações subjetivas quanto ao merecimento do servidor. Quer dizer: não pode um servidor receber promoção por subjetividade, quer dizer, alguém entende que ele não poderá receber a promoção. Por que isso? Se a lei, a Constituição, no artigo 54 já fala sobre isso, estamos apenas tirando a palavra subjetividade. O que entendo por subjetividade? É que na hora da promoção de um servidor por subjetividade, ele não será promovido. Entendo que é necessário fazer essa correção.

A Emenda nº 11, não estou tendo o entendimento do Deputado Tadeu Veneri, mas é incrível, todas as minhas emendas foram não, inconstitucional. Não vejo a inconstitucionalidade. Vou para a Emenda nº 11, que muda o artigo 27. Esta emenda, a exemplo do que está previsto para concessão de verba de representação de 75% para os cargos privativos de nível superior, também prevê o percentual fixo de 50% e não de até 50%, retirando-se a subjetividade quanto à aplicação do percentual a ser concedido a cada servidor. O que estou dizendo com isso? Essa eu considero a melhor emenda que estamos apresentando, entrando aí no mérito, por quê? Porque é até 50% esta verba? Até 50% quer dizer que alguém pode decidir, dentro do Tribunal de Contas, que esta verba de representação pode ser 20%, não está na lei!

Então, recebeu parecer contrário, mas me parece um equívoco do Relator que não estabeleçamos aqui um percentual fixo. Se é 50, fixamos em 50, porque os outros, com cargo superior é 75%, estamos fixando para aqueles que não têm cargo superior 50%. Por que vamos deixar aqui ao bel-prazer do Presidente do Tribunal de Contas para que ele estabeleça se é de zero a 50? Não vejo dessa forma, acho que deveríamos fixar, a matemática é exata, ela tem que ser igual para todos, se para o superior é fixo 75 por que não podemos fixar para quem não é de grau superior em 50? Não vejo o porquê da negativa da minha emenda, Deputado Tadeu Veneri.

Emenda nº 12: esta emenda muda o artigo 30 e garante que os servidores aposentados na última referência e nível das respectivas carreiras continuem enquadrados como tal e não em níveis anteriores ao da última referência, nível da nova carreira, onde foram enquadrados. Seu direito lhes foi assegurado no ato da aposentadoria e não poderá ser alterado para atribuir-lhes referência a nível inferior, ainda que em razão desta alteração não lhes resulte redução de vencimentos. Então, é outra questão que estamos apenas fixando, não estamos dando atribuição a alguém julgar lá dentro se deve ou não.

Vejo as minhas emendas, todas elas, com pertinência. Estão aí, entreguei a cada Parlamentar a justificativa. Tenho muita esperança ainda de aprovarmos aqui as minhas emendas. Aprovando as minhas emendas, nós teremos tempo. Vai para o Governador, ele poderá, com argumentos, com mais tempo, vetá-las e estaremos apreciando o veto dessas emendas e rediscutindo essas nossas emendas.

Eu propus há pouco que transferíssemos a votação para segunda-feira, para que pudéssemos aprofundar ainda mais essa questão.

Não tenho dúvidas, as emendas do Deputado Tadeu, as emendas do Deputado Strapasson, as emendas dos Parlamentares, não do Deputado Rossoni, de vários Parlamentares que propuseram essas emendas, contribuímos e muito para o aperfeiçoamento desse projeto.

Sinto o clima, o meu olhar é clínico, meu olhar é como médico de família, ele só vê o paciente e já dá o remédio. Estou vendo que vou ser derrotado. Não tenho

dúvidas que no futuro, Deputado Romanelli, V. Exa., esse não é um encaminhamento de Governo ou de Oposição, esse é um encaminhamento que não tem nada de Governo, nem Oposição; encaminhamento de Governo e de Oposição vai ser depois.

Quem está favorável aos servidores públicos, quem quer fixar a data para o aumento do servidor público, vai permanecer aqui e vai votar com a nossa emenda.

Agora, não é uma questão de Governo. V. Exa. poderia liberar a Bancada. Com a liberação, certamente eu conseguiria dois votos: o de V. Exa. e do Deputado Rossoni, que para mim já seria um grande avanço nos meus argumentos aqui.

Temos aqui uma mania de, quebrando um ritmo, um costume, quando vêm projetos do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, do Ministério Público, de Poderes, estamos aqui praticamente sempre dizendo amém.

Será que esses Poderes não erram? Será que nós, em 54, aqui não podemos contribuir um pouquinho para o aperfeiçoamento desses projetos? Será que esses Poderes não deveriam prestar mais atenção que em 54 Deputados aqui são todos iguais e nenhum é diferente, nenhum é mais, nenhum é menos, todos merecem o mesmo respeito?

É isto que chamo a atenção de todos os Parlamentares. Não consigo permanecer calado diante de determinadas atitudes. Quero deixar aqui o meu descontentamento pelo tratamento que recebi desse projeto, porque se o projeto é importante para o Tribunal de Contas, ele é importante para a Assembléia Legislativa.

Se ele é importante, quem vai legislar, quem vai aprovar esta lei, quem vai atender ao Tribunal de Contas, são os Parlamentares.

Acredito que cada Parlamentar poderia, sim, ter recebido atenção do Tribunal de Contas e poderíamos estar discutindo isso aqui com mais propriedade.

Não tenho dúvida nenhuma em afirmar que em determinados momentos o Tribunal de Contas erra e erra muito. Vou citar um exemplo de erro do Tribunal de Contas aqui. Existe uma emenda deste Parlamentar que diz o seguinte, Deputado Douglas, e V. Exa. deve sofrer com isso, diz o seguinte: *O Conselheiro do Tribunal de Contas não poderá analisar as contas, não poderá participar de votação, se qualquer pessoa de 1º, 2º, 3º grau receber votos em determinado município.* O Conselheiro não poderá participar da análise e da votação. O Tribunal de Contas não vem respeitando isso e está abrindo uma brecha para que aqueles Prefeitos ou Vereadores que têm suas contas rejeitadas, entrem na Justiça e ganhem, porque baseados na lei, ela é clara. Então, por razões de parentesco, de 1º, 2º e 3º grau, alguns Conselheiros não deveriam analisar as contas, não poderiam, porque está na Lei Orgânica que foi aprovada por esta Casa não temos sido respeitados.

Deixo aqui a minha argumentação. Não é uma questão de Oposição ou de Situação. Cada Parlamentar vota conforme a sua compreensão e o seu entendimento. Espero ter contribuído, mesmo que derrotado, porque pelo menos os servidores do Tribunal de Contas fizeram

essa deferência a alguns Parlamentares, principalmente a mim, dirigindo-se e dizendo: "Entendemos dessa forma". Se a maioria dos Deputados compreenderem como eu estou compreendendo, votam com as minhas emendas, e se entenderem que as minhas emendas não satisfazem e não aperfeiçoam o projeto, aqui é a democracia.

Obrigado, Sr. Presidente! Fui econômico e não utilizei os 25 minutos, até porque quero contribuir para que todos os Parlamentares estejam aqui dentro de alguns minutos, quando estaremos votando aqui o aumento dos servidores públicos, que levará esta Sessão até meia-noite, se Deus quiser, mas vamos debater até que todos entendam que é importante avançarmos nessa questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

E V. Exa., Deputado Rossoni, pode ter certeza que esta Casa lutará firmemente para essa última colocação de V. Exa. quanto à aplicabilidade da lei que aprovamos aqui seja respeitada. Não vamos admitir, realmente, qualquer tipo de intromissão.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores do Tribunal de Contas que nos dão o prazer e a honra de assistirem a Sessão na tarde em que votamos um projeto de lei que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos e Salários dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências.

Srs. Deputados, não se trata de Oposição e nem de Situação. Trata-se de um projeto do Tribunal de Contas, que visa corrigir possíveis falhas que possam existir ou adaptá-las de acordo com as necessidades do seu quadro funcional. Por essa razão, Deputado Romanelli, quero deixar bem clara a nossa posição de que não se trata nem de Governo e nem de Oposição, mas se trata do Tribunal de Contas. Por essa razão, quando o senhor pediu que a sua Bancada votasse contra, peço a todos os Parlamentares, porque não é de Governo e nem de Situação.

Particularmente, entendo que o Tribunal de Contas procurou, através desta mensagem, ouvindo todos os seus técnicos das mais diversas áreas, fazer um anteprojeto, um projeto de lei encaminhado a esta Casa para que se pudesse chegar ao mais próximo possível da realidade e da sua aplicabilidade. Como Parlamentar, respeito a posição de todos os Parlamentares. Para nós, Deputados de Oposição, é uma situação delicada e para muitos outros Parlamentares também. Respeito todos, principalmente o Líder da Oposição, respeito o Líder do Governo, respeito as lideranças partidárias, como respeito os 54 Parlamentares. Acho que aqui se debate, o Parlamento é a Casa para discutir as questões que envolvem, direta ou indiretamente, a Administração Pública. Aqui pode se procurar exatamente aperfeiçoar aquilo que pode estar em desacordo ou procurar o melhor caminho.

O que eu vim fazer nesta tribuna? Na verdade, não vim discutir nenhuma emenda, Deputado Nelson Justus. O que quero deixar claro para o Parlamento e para a sociedade do Paraná e para o Tribunal de Contas, que não é se as emendas foram acatadas, foram aprovadas, foram rejeitadas, que foi vitória ou do Governo ou da Oposição, ou derrota deste ou daquele. Em absoluto, o que os Parlamentares todos procuraram e o Deputado Valdir Rossoni deixou muito claro, que é uma posição dele.

Acha que faltou articulação? Talvez tenha faltado por parte do Tribunal, mas conversamos rapidamente, agora. Conversei particularmente com algumas pessoas do Tribunal de Contas. Conversei com o Presidente Nestor Batista, conversei com o Conselheiro Caio, conversei com o Conselheiro Fernando, conversei com o Conselheiro Hermas. Perguntaram, entre outros também, sobre esse projeto que estaria aqui na Assembléia. O que eu disse aos Conselheiros e o que eu disse para o Diretor Geral, Dr. Argileu, quando conversamos no Tribunal de Contas, rapidamente, no corredor? Falei para o Dr. Duílio Bento, quando conversamos sobre isso. Não sou técnico, não sou especialista, na verdade o projeto foi elaborado por especialistas do Tribunal de Contas, procurando exatamente aperfeiçoar o Plano de Cargos que existe lá naquela instituição.

Claro que o Tribunal de Contas é um órgão técnico auxiliar da Assembléia Legislativa, que emite pareceres e depois as contas são julgadas pelos respectivos Poderes Legislativos. Sempre vi no Tribunal de Contas do Estado do Paraná um corpo técnico. Temos referências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que é convidado exatamente para dar palestras em outros estados e até mesmo em outros países.

Agora, sobre esse projeto, como o Deputado Valdir Rossoni já disse, acompanho o relatório feito na CCJ, e com todo o respeito que tenho e devoto, volto a dizer de novo a todos os Parlamentares: acredito que faltou, de repente, uma articulação maior por parte do Tribunal de Contas, de falar. Se falaram com o Líder do Governo, Deputado Romanelli, se ele foi procurado, se foi conversado, parabéns. O Deputado Valdir Rossoni, como Líder da Oposição, claro que ele representa um segmento, uma boa parte aqui dos Deputados na Assembléia Legislativa. É delicada a situação dos Deputados da Oposição, votar contra o Líder da Oposição. Acredito que ele merecia, Deputado Valdir Rossoni, acredito que V. Exa., sim, tem razão quando reclama que merecia uma atenção, de repente, por parte do Tribunal de Contas, por seu Presidente, por quem elaborou esse projeto, procurar V. Exa. Também acredito que o corpo técnico do Tribunal de Contas está fazendo aquilo que seja o melhor para a instituição e para seus funcionários.

Por essa razão, Deputado Valdir Rossoni, quero lhe cumprimentar pela grandeza que V. Exa. teve quando encaminhou as suas emendas e disse que liberaria a sua Bancada para votar de acordo com a sua consciência e com aquilo que achavam. Por causa disso estamos

votando contra o Líder da Oposição. Longe disso, Deputado Valdir Rossoni, cada um está votando de acordo com a sua consciência. Tenho certeza, Deputado Valdir Rossoni, se o senhor fosse falar com o pessoal do Tribunal de Contas e eles viessem ao seu gabinete, e isso poderá acontecer, nem que nós votemos hoje, mas eles podem procurar o senhor amanhã ainda, porque vai ser lei. Essa lei poderá sofrer alterações amanhã ou depois, mas que possam falar com o senhor e explicar realmente que aquilo que eles apresentaram, foi o melhor para o Tribunal de Contas e para os próprios funcionários.

Rapidamente também participei dessa reunião que tivemos agora há pouco, o próprio Presidente Nelson Justus tem dito, uma das emendas que foi apresentada por alguns Deputados aqui inciabiliza economicamente e financeiramente o Tribunal de Contas. Então, é difícil votarmos sem muito conhecimento, tão rápido, as emendas que foram apresentadas ontem e votá-las hoje. Então, não podemos votar nenhuma emenda que possa, de repente, trazer prejuízo, Deputado Tadeu Veneri.

Por esta razão, peço desculpas ao meu Líder, que é o Deputado Valdir Rossoni, peço desculpas a ele, mas como o senhor liberou, acompanho o relatório feito na CCJ e voto de acordo com aquele relatório. Me perdoe, Deputado Valdir Rossoni, mas espero que os técnicos do Tribunal de Contas possam conversar com o senhor, porque a lei vai permanecer. Se o senhor - posso até acompanhá-lo - se conseguirmos convencer o Tribunal de Contas que a sua tese foi melhor, nada custa, amanhã ou depois, aperfeiçoarmos a lei que vai ser aprovada agora. Mas também não podemos ser irresponsáveis, de repente, de votar uma lei que possa inviabilizar um plano todo ou a própria instituição.

Era isso. Obrigado a todos.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)

Deputado Romanelli e Sr. Presidente, a preocupação levantada aqui pelo Deputado Valdir Rossoni, e que foi transformada na emenda, Deputado Rossoni, e que eu iria lhe fazer, apesar do Regimento não permitir, então já me desculpo com a Mesa por ter solicitado ao Deputado Rossoni um aparte, uma vez que não é permitido. Mas, Deputado Rossoni, o senhor na sua Emenda n° 11, que teve parecer contrário, o senhor coloca uma emenda ao artigo 27 numa situação que me preocupa também, Sr. Presidente, como eu falei aqui, li o projeto mas me detive em cima de duas emendas que apresentei e que já foram votadas e foram rejeitadas, quando aqui colocamos que a verba de representação de 75% para os cargos privativos de nível superior, também prevê um percentual fixo de até. A única pergunta, Deputado Romanelli, esse "até", me parece que é possível que seja até, pode ser 10, pode ser 15, mas a pergunta é: qual é o critério objetivopara que o servidor do Tribunal de Contas saiba que ele vai ter 15, 20, 30 ou 50%? Acho que isso temos que aperfeiçoar aqui na Casa, porque não podemos deixar que o projeto passe de uma forma que permita que você tenha uma gra-

tificação, um percentual fixo de até 50%, a maioria, eu diria que 100%, vão esperar 50%, porque as pessoas - e é natural que seja assim - sempre esperam pelo melhor, ninguém espera 1%, todos esperam os 50%. Se esperam os 50% e receberem 40, eles estão recebendo abaixo daquilo que teoricamente se acham em condições de receber. Se estivesse especificado que iriam receber 20, ou 30, ou 40, ou 50, conforme o projeto estivesse no seu andamento e o tempo de serviço estivesse determinado, parece que estaríamos evitando inclusive demandas possíveis que venham acontecer. E aí eu confesso a minha ignorância, não sei se o projeto fala sobre isso, eu não encontrei. Vamos supor que haja uma situação de dois servidores que tenham o mesmo tempo, a mesma situação, e um receba 40% e o outro, até pelo “até”, o outro receba 30. Qual é o critério que esses dois servidores vão entender que foi utilizado para que um recebesse 40, outro 50, outro 30?

Então, acho que essa subjetividade é ruim para o serviço público, porque acho que o serviço público ele não pode, aliás nada pode, mas especificamente o serviço público, ele não pode ter generalidades, porque essas generalidades acabam criando demandas e em última instância essas demandas estão literalmente sendo pagas pelo contribuinte.

Eram esses os questionamentos que gostaria de ter feito e já o faço agora.

Não sei se há resposta, mas se não houver, fica no ar a pergunta.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Quero ser muito pontual, até para respeitar os dois oradores que encaminharam favoravelmente as emendas que foram rejeitadas no parecer do Relator Deputado Nereu Moura.

As emendas geram um impacto orçamentário e financeiro. E esse impacto, certamente, levaria o Tribunal de Contas extrapolar, e muito, os limites constitucionalmente definidos para poder efetuar os seus gastos. Impactos que não estão previstos no projeto original enviado a esta Casa. E, como sabemos, o Tribunal de Contas tem autonomia e, dentro do orçamento que dispõe o Tribunal de Contas, foi feito um estudo que respeitasse a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não tenho dúvida que esse projeto aproveita a máxima aristotélica de: “Aos desiguais um tratamento desigual, na proporção de sua desigualdade”. Ou seja, é injusto tratar igualmente os desiguais. Por isso a expressão até, porque o Tribunal de Contas, através da sua área de recursos humanos, avaliando o desempenho e a qualificação pessoal de cada um de seus servidores, atendendo os requisitos constitucionais da legalidade, estabelecerá, através de uma Comissão, o critério de avaliação para que o servidor possa receber até os 75% de representação. Reconhecendo, aquilo que já disse antes, o princípio da

irredutibilidade dos vencimentos. E dizia ainda, é um projeto importante porque inova e avança, dentro do ordenamento constitucional, porque vai poder promover um tratamento justo em situações que temos hoje uma profunda desigualdade.

Por isso, quero pedir a todos os Deputados, para que possamos votar com a expressão NÃO. Rejeitando as emendas que estão em votação.

Muito obrigado!

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Pela Ordem)

Consulto V. Exa. se há possibilidade de votarmos as emendas individualmente?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Votamos as emendas do Deputado Tadeu Veneri em bloco, as quatro emendas; votamos as duas emendas do Deputado Strapasson; votamos em bloco as quatro emendas que foram aprovadas e, agora, votamos as cinco emendas do Deputado Rossoni, em bloco.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Faço essa consulta, Presidente, porque algumas emendas, evidentemente, tratam de um assunto, outras de outro e nós temos opinião contrária a algumas delas e favorável a outras. Portanto, é um dilema que terei que resolver comigo mesmo.

Obrigado!

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Também acho ilegal colocar junto assuntos diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Acordamos isso porque todas essas emendas foram rejeitadas. Então, é regimental que as votemos em bloco.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Pela ordem, Presidente?

(Assentimento)

Só quero fazer um registro. Com todo respeito ao Deputado Romanelli, não sei se o Deputado Romanelli se referia a todas as emendas que estão sendo apreciadas aqui, que falou que todas virariam despesa, não sei se referia também às emendas que eu havia apresentado?

Então, está esclarecido, porque se fosse, obviamente, a emenda que apresentei sobre concurso público não gera despesa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Vai se proceder à votação.

Vamos votar as Emendas nº 09, 10, 11, 12 e 13. Deputados que forem favoráveis a essas cinco emendas votam com a expressão SIM; os Deputados que forem contrários as cinco emendas votam com a expressão NÃO.

Votando...

Quarenta e oito Srs. Deputados votaram. 08 Deputados votaram com a expressão SIM. 05 Deputados votaram com a expressão NÃO.

Estão **rejeitadas** as cinco emendas.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 141/08, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de utilidade pública estadual, a Associação de Moradores da Vila América, com sede e foro no município de Cornélio Procopio. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 141/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores da Vila América - AMVAB, com sede e foro no município de Cornélio Procopio.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06/05/08.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 149/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação da Lei nº 14636/05. (Utilidade Pública). **Aprovado. (Publ. no Da nº 033/08, de 15/04/08, em Projetos de Lei).**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 149/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 14636, de 13/01/05, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Ostomizados de Maringá - OSTOMAR, com sede e foro no município de Maringá.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06/05/08.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 142/07, de autoria dos Deputados Edson Praczyk e Rosane Ferreira, que

dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas produtoras, distribuidoras e que comercializam equipamentos de informática, a recolhê-los quando inutilizados, dando-lhes destinação sem causar poluição ambiental. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CICTM E SEMA. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DE PLENÁRIO, APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 808/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que denomina de Afonso Celso Domingues Cid, o viaduto da avenida Rocha Pombo, que transpõe a rodovia PR-467, que liga os municípios de Cascavel e Toledo. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 816/07, de autoria do Deputado Duílio Genari, que inclui na malha rodoviária estadual trecho de estrada municipal ligando Toledo ao município de Cafelândia. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1178, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 816/07.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 860/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo estadual estadualizar o trecho de estrada que liga a PR-090 à PR-218 no município de São Sebastião de Amoreira. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Senhor Presidente, aprovo a emenda. Recentemente consegui que o DER fizesse a manutenção desse trecho de São Sebastião da Amoreira, que é um município que nós atendemos. Essa é uma ligação importante. Entendo que a estadualização viria a calhar se o Governador sancionasse essa lei. Agora, a manutenção já está fazendo, Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Parabéns. Confesso que firmei apenas o projeto.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 070/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o Núcleo de Apoio à Criança e ao Adolescente - Lar Turminha de Jesus, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 096/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/08, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel no município de Foz do Iguaçu. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 008/08, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de abril de 2008. Resolução nº 003/04. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 843/07, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que denomina o viaduto localizado na PR-431, km 50,55 no município de Jacarezinho de Viaduto Jofre Elias. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo. (Publ. no DA nº 156/07, de 03/12/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 843/07

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, denomina Jofre Elias o viaduto localizado na PR-431, km 50,55 no município de Jacarezinho, com o objetivo de homenagear um dos grandes nomes da cultura do estado do Paraná, Jofre Elias, o qual foi ator, diretor, participante de festivais de teatro e criador da Semana de Cultura de Jacarezinho.

Fundamentação

O projeto em questão encontra sua legitimidade na forma prevista pela Constituição do Estado do Paraná:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da Administração Pública Direta, indireta ou Fundacional do estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva e bem público de qualquer natureza, pertencente ao estado ou ao município. (grifo nosso)

No mesmo sentido, tem-se no âmbito do estado do Paraná, a Lei Estadual nº 8761/88 que assim dispõe:

Art. 1º Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense.

Portanto, consoante os dispositivos acima transcritos, verifica-se que a regra consiste na vedação da alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais, exceto, na hipótese prevista pelo artigo 238 da Constituição Federal, ou seja, quando for para proceder à adequação ou correção aos termos da lei.

Quanto à iniciativa para legislar, a Constituição do Estado do Paraná estabelece o seguinte:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Desta forma, tendo em vista a resposta ao Ofício nº 192/07, o qual foi encaminhado por esta Comissão de Constituição e Justiça à Secretaria de Estado dos Transportes, a fim de verificar se o viaduto em questão já possui ou não denominação, a referida Secretaria informa que nada consta nos arquivos do Departamento de Estradas e Rodagem - DER/PR a respeito do viaduto ferroviário, assim, a Secretaria concluiu pela possibilidade do prosseguimento do presente projeto.

Conclusão

Diante do exposto, o parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 19/02/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 843/07

P A R E C E R :**Considerações**

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Martins tem como objetivo principal denominar o viaduto localizado na PR-431, na altura do quilômetro 50,55 no município de Jacarezinho de Viaduto Jofre Elias.

Por se tratar de ser Jofre Elias, um ator, diretor e grande participante de festivais de teatro e criador da Semana Cultural de Jacarezinho, portanto, trata-se de um idealista que durante toda a sua vida lutou para a construção de um moderno teatro naquela cidade do norte pioneiro, faz por merecer essa justa homenagem.

Não representando qualquer custo ao estado, não exige a apresentação de uma planilha de custos.

Assim sendo, somos de parecer favorável à tramitação do projeto do nobre Deputado Luiz Carlos Martins.

Sala das Comissões, em 06/05/08.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
LUIZ NISHIMORI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/08, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que autoriza o Poder Executivo a proceder cessão de uso à APAE de Foz do Iguaçu, do imóvel sito na avenida Paraná, 1536, localizado no município de Foz do Iguaçu. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. (Publ. no DA nº 008/08, de 25/02/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 043/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

A propositura que ora se analisa busca efetivar cessão de uso de bem público à APAE de Foz do Iguaçu.

Fundamentação

Como aspecto inicial necessário que se analisa sobre a legitimidade para iniciar o processo legislativo no caso presente. Para tanto, consulta-se diretamente a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 53:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

XIII - bens do domínio público.

Assim, de plano denota-se que a legitimidade estás aferida, dando azo porquanto ao prosseguimento da análise.

Neste passo, cumpre que se discuta sobre os requisitos constitucionais para a efetivação dessa cessão. O artigo 10 da Constituição do Paraná é clara ao dispor que:

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua Administração Indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Pois bem, a entidade APAE, consoante informação acostada ao projeto, foi declarada de utilidade pública, pela Lei Estadual nº 11156/95, atendendo por decorrência, uma das possibilidades para a cessão, disposto no artigo retrotranscrito.

Assim, cumpridas as disposições constitucionais, nada há que possa obstar a aprovação do presente projeto, até mesmo por tratar-se de projeto com espectro autorizatório, não trazendo regra cogente quanto à destinação do bem. Assim, para que se cristalize a cessão de uso deverá ocorrer iniciativa do Poder Executivo, efetivando a autorização que ora lhe é dada.

Em razão do exposto, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 18/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 043/08

P A R E C E R :

Considerações

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Dobrandino da Silva, tem como objetivo principal autorizar o Poder Executivo a proceder a cessão de uso por parte da APAE de Foz do Iguaçu, do imóvel sito na avenida Paraná, 1536, em Foz.

A efetivação da cessão de uso de bem público à APAE, se consolida com a autorização do Poder Executivo.

Assim, o presente projeto de lei pretende conseguir a devida autorização governamental, pois é o que a Assembléia pode fazer.

Como não representa custos adicionais para o estado, pois trata-se de um renovação da cessão de uso, pois a APAE já funciona lá, somos de parecer favorável à tramitação do projeto do nobre Deputado Dobrandino da Silva.

Sala das Comissões, em 06/05/08.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
LUIZ NISHIMORI - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1162, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia e seu arquivamento. **Aprovado.**

Fica portanto, retirado da Ordem do Dia e arquivado o Projeto de Lei nº 043/08.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 046/08, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que denomina Eitaro Ikeda a trincheira localizada no km 125 + 500 metros da BR-369, no município de Jataizinho. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 008/08, de 25/02/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 046/08

P A R E C E R :

Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei nº 046/08 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, tem por escopo denominar Eitaro Ikeda a trincheira localizada no km 125 + 500 metros da BR-369, no município de Jataizinho

No dia 29/02/08, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Durval Amaral, oficiou o Secretário de Estado dos Transportes, requerendo subsídio sobre o projeto em tela, em resposta, foi informado que nada consta nos arquivos do Departamento de Estrada e Rodagem - DER/PR a respeito da denominação em questão.

Competência e Previsão Legal

É indispensável o dever da análise no aspecto constitucional, onde, vislumbra-se que a matéria tratada é de iniciativa do Governador do Estado.

O artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, assegura aos Deputados Estaduais, a iniciativa para propor leis ordinárias para a referida aprovação.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos em lei.

Assim, fica demonstrado que a matéria apresentada neste projeto de lei, é de competência administrativa dos Deputados Estaduais, para propor projetos de lei sobre a matéria abordada.

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto lei, apresentado através de prerrogativas e competência parlamentar para legislar sobre a denominação das estradas do estado do Paraná.

Conclusão

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade, vez que o projeto lei, não encontra nenhum óbice.

Sala das Comissões, em 18/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 046/08

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, tem o presente Projeto de Lei nº 046/08, a finalidade de denominar de Eitaro Ikeda a trincheira localizada no Km 125 + 500 metros da BR-369, no município de Jataizinho.

Em conformidade com a justificativa apresentada, o nobre Deputado objetiva homenagear um pioneiro da cidade de Assaí, falecido em data de 26/08/59, que com sua esposa e filhos, muito contribuiu com o desenvolvimento do município e região desde os primórdios do ano de 1940.

Trata-se de uma justa e merecida homenagem ao Pioneiro Eitaro Ikeda e por extensão aos seus dependentes, e analisada a matéria e sua competência e ainda de acordo com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ quanto à constitucionalidade e legalidade, oferecemos parecer favorável, recomendando a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06/05/08.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1159, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1160, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1163, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1164, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1168 a 1172, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1177, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1180, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1161, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 097 e 170/08.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 772/07.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 809/07; 019, 077 e 123/08.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 828/07 e 170/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 843/07; 028 e 046/08.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 035/08.

Levanta-se a Sessão